

O futuro do trabalho

Elementos para a discussão das
taxas de mais-valia e de lucro



associação
dos geógrafos
brasileiros
agb
são paulo

Alexandre Souza da ROCHA
Amélia Luisa DAMIANI (COORD.)
Anselmo ALFREDO
Evânio dos Santos BRANQUINHO
Flávia Elaine da SILVA
Jean Pires de Azevedo GONÇALVES
Luciano MARINI
Márcio Rufino SILVA
Ricardo BAITZ

Programa de
Pós-graduação em
Geografia Humana,
DG, FFLCH, USP



O futuro do trabalho

Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro*

A composição do grupo de estudo dos Grundrisse, no **LABUR - Laboratório de Geografia Urbana** -, não se resume aos nomes que aparecem na capa, tendo sido composto por diversos membros, dentre os quais agradecemos, especialmente, Ana Cristina Mota Silva, que desde o início participou do grupo de estudos, e muitos outros.

Ao Luciano, a partir de quem tudo aconteceu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ALFREDO, Anselmo; BAITZ, Ricardo; BRANQUINHO, Evânio dos Santos; DAMIANI, Amélia Luisa; GONÇALVES, Jean Pires de Azevedo; MARINI, Luciano; ROCHA, Alexandre Souza da; SILVA, Flávia Elaine da e SILVA, Márcio Rufino.

O futuro do trabalho: Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro. São Paulo: AGB/SP, Labur/Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006, 1ª edição.

72 páginas

ISBN 85-99907-01-8

Coordenação do projeto: Amélia Luisa Damiani

Diagramação Final: Paulo Miranda Favero e Ricardo Baitz.

Foto: Ricardo Baitz (em deriva do presente grupo em Campos Elíseos, São Paulo, janeiro de 2006)

1. Mais-valia. 2. Lucro. 3. Crise do trabalho. 4. Crise do Capital. 5. Título.

* Este texto tem como principal apoio a obra que Karl Marx: Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858 (México: Siglo Veintiuno, 1977, volumes 1 e 2). Neste artigo citaremos os textos com a numeração alemã. A palavra “Grundrisse” significa “anotações”, “rascunhos”. Esta obra foi publicada, tardiamente, em 1953. Nos Grundrisse os conceitos aparecem em elaboração, o que passa a ser metodologicamente fundamental, evitando, com esse modo de exposição, leituras dogmáticas. Atualmente, esses estudos são reconhecidos como um marco na análise da crise inerente à formação econômico-social capitalista.

O FUTURO DO TRABALHO

Elementos para a
discussão das taxas de
mais-valia e de lucro

1. APRESENTAÇÃO

Este texto é parte de um processo de debate sobre os Grundrisse de Karl Marx, realizado no **Laboratório de Geografia Urbana - LABUR** - do Departamento de Geografia, da Universidade de São Paulo. Ele tem como finalidade encontrar elementos para o estudo de nossa sociedade, neste momento em que ela demonstra uma crise do trabalho. Trata-se de um texto provisório, de uma discussão em andamento.

Num primeiro momento, para nós, esta crise apareceu como crise do emprego. Assim, fomos debater a extensão do desemprego na mundialidade. Foi esta porta de entrada que nos levou a estender o sentido de nossa observação: o desemprego é real e, ao mesmo tempo, aparência, de um fenômeno ainda mais amplo, a crise do trabalho, de modo geral. Trata-se de uma crise de emprego reveladora de que o processo do capital inclui, junto com a necessidade do trabalho, a sua destituição, negação.

Para compreender essa crise foi preciso tentar aprofundar os estudos da dinâmica do capitalismo, focalizando a relação capital-trabalho.

Chegamos à consideração de que a consciência do processo como um todo envolvia o conhecimento da relação e da diferença entre a mais-valia e o lucro e nosso esforço aqui é começar a explicá-los. Através destas categorias de análise do capitalismo, revelar mais profundamente qual é a nossa situação social.

Procuramos, há tempos, em Marx, uma compreensão mais teórica de tudo que está acontecendo, definindo, assim, a possibilidade de aprofundar o tema do desemprego, indo além do que parece evidente. A discussão do texto pelos trabalhadores é parte necessária de sua constante elaboração.

Apresentamos este estudo aberto à interferência do leitor, como modo necessário de seu aprofundamento; dispomos, no final do texto, de um espaço para tal intervenção. Nossa tentativa terá sentido quando tiver motivado esta parceria.

2. IMPORTÂNCIA DO TEMA

É certo que estamos caminhando para uma sociedade de redução do trabalho, que aparece com muito desemprego. Com as mudanças tecnológicas e as mudanças organizacionais, o trabalho, na composição do processo produtivo, está diminuindo em grande velocidade. Os trabalhadores percebem isso através do aumento do desemprego.

O que acontecerá no futuro com o trabalho?

Que tipo de sociedade teremos?

A discussão sobre as respostas a tais perguntas é importantíssima porque ela já está posta e vai influenciar a vida e a formação do futuro. Essa discussão não fará somente interpretar o mundo, mas transformá-lo¹. O processo do trabalho encontrou hoje todas as instituições despreparadas e preocupadas apenas em salvar seus privilégios.

O estudo da taxa de mais-valia e da taxa de lucro, extraído dos Grundrisse de Marx, vai nos ajudar a compreender a crise social, através da crise do trabalho. Isto equivale a considerar a transformação nas relações de trabalho, nas relações econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas, sabendo-se que “*toda forma de produção engendra [gera] suas próprias instituições jurídicas, sua própria forma de governo, etc*”. (Grundrisse, p. 9).

Por que um autor que pensou a realidade do século XIX pode nos servir hoje?

Nem bem constituída a modernidade, quando ainda apenas era uma virtualidade anunciada, Marx vislumbrou a extensão do “mundo da mercadoria” e do mercado mundial, com suas implicações. Ele compreendeu este processo social na sua formação e por isso pode nos ajudar a entender a crise. Ele, antes de viver o capitalismo na sua fase imperialista, já conseguia prever o caminho

¹ “XI – os filósofos não fizeram mais que **interpretar** o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de **modificá-lo**.” MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. IN: Karl Marx e Friedrich Engels. Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1977, volume 1, p.120.

que o capitalismo seguiria: a concentração dos capitais; a exploração cada vez maior do trabalho; as dificuldades do trabalhador em se constituir como sujeito da história... Afinal, seu estudo tratava de demonstrar como o capital se tornava sujeito, submetendo a atividade social na forma de trabalho, cujo objetivo é o de produzir mais trabalho. Analisando dessa maneira o processo, pôde encontrar os instrumentos para negar essa situação; quer dizer, superar as relações entre o capital e o trabalho.

3. MAIS-VALIA (MV)

O processo de trabalho submetido ao capital é, ao mesmo tempo, o processo de exploração de trabalho alheio, de fabricação de mais-valia, definindo-se não só pelo trabalho pago (na forma de salário), mas, fundamentalmente, pelo trabalho não pago (a própria mais-valia). Por isso o processo do capital se identifica com o processo de exploração do trabalho, considerando que a mais-valia move todo o processo de enriquecimento no Capitalismo.²

Até 1888, no Brasil, os trabalhadores viviam num sistema escravista. A lei Áurea libertou o trabalhador de todas as amarras e ele se tornou livre para vender sua força de trabalho. Esta Lei revela o ápice de um processo de deterioração do escravo como um negócio rentável. A força de trabalho, do trabalhador livre, se tornou mercadoria, a única coisa que os trabalhadores tinham para vender e que o capitalista necessitava comprar. A força de trabalho, mercadoria que, *potencialmente*, o trabalhador possui, foi constituída historicamente. Para compreender sua formação, é preciso entender a constituição do trabalhador livre, isto é, a separação entre a pessoa do trabalhador e sua capacidade de trabalho (força de trabalho).

² Ver: MARX, Karl. O Capital, livro I, capítulo VI, (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 469; além dos Grundrisse, [p. 654], [p. 655] e [p. 656].

No escravo, por exemplo, coincidem a pessoa do trabalhador e sua capacidade de trabalho. Quando historicamente se produz esta separação, o empregador fica livre das obrigações para com a pessoa do trabalhador, durante toda a sua vida, e só mantém relações contratuais no momento em que ele é ativo, trabalha. E porque, então, houve escravidão?

Nesses tempos, o escravo como pessoa era uma mercadoria; tinha preço, representava riqueza, mesmo antes de trabalhar. Portanto, contavam economicamente sua atividade como trabalhador e seu preço como mercadoria, no mercado geral, que envolvia todas as outras mercadorias. Durante o período da escravidão, quando existia algum trabalho que colocasse em risco a vida do trabalhador, não seria um escravo a fazer este serviço e sim um trabalhador livre, pois o escravo era uma mercadoria valiosa antes mesmo de se realizar como trabalhador, e o trabalhador livre, que não tinha um preço pressuposto, podia morrer.

“Quando a renda capitalizada era representada pelo escravo, o ponto nuclear da fazenda estava no trato do cafezal e na colheita do café. A formação da fazenda (derrubada da mata, limpeza do terreno, plantio e formação do cafezal) era atribuída aos homens livres que coexistiam com o escravo, os caboclos e caipiras, mediante pagamentos ínfimos, baseada sobretudo na possibilidade de utilizarem a terra para produção de alimentos. Por outro lado, o benefício do café, até 1870 mais ou menos, ainda era feito por maquinismos toscos de madeira, fabricados na própria fazenda.”³

O sentido do desenvolvimento da formação econômico-social capitalista foi o da deterioração desta mercadoria enquanto tal e sua substituição por uma mercadoria, que representasse o trabalho e ganhasse mobilidade: a força de trabalho do trabalhador livre, numa economia monetarizada, que equivale à reprodução do trabalho assalariado.

A força de trabalho do trabalhador é diferente de todas as demais mercadorias, pois ela é fonte de valor, de riqueza social, ou seja, ela pode produzir “mais valor do que ela mesma

³ MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: LECH, 1981, p. 33.

tem”.⁴ Ela tem preço, um valor de troca, que se realiza como salário do trabalhador, e tem um valor de uso, este último à disposição do capitalista, na produção de mais-valor.

Essa mercadoria (a força de trabalho) não é como as demais, pois, como vimos, ela pode ser trocada no mercado por dinheiro (valor de troca) como qualquer outra mercadoria, todavia seu valor de uso tem a peculiaridade única de gerar valor quando ela é empregada. O trabalhador não percebe, no entanto, que, durante o processo produtivo, seu trabalho produz muito mais valor do que aquele que foi negociado no momento da troca, isto é, da venda de sua força de trabalho (que corresponde aos meios de sua subsistência). O que chamamos de mais-valia é a extração desse valor a mais pelo capitalista e que é subtraído do trabalho do trabalhador.

Do ponto de vista do empregador, que vai usar a força de trabalho do trabalhador, as horas trabalhadas pelo trabalhador significam mais do que o salário com o qual é pago por seu trabalho. Elas significam, também, horas apropriadas ao trabalho do trabalhador, para além daquelas pagas, através do salário. E é preciso, na lógica do capital, ampliar ao máximo essas horas não pagas.

Para tanto, ele tem a seu favor, num país como o Brasil, uma população trabalhadora excedente, a mais, sempre renovada e numerosa. Essa população, embora não trabalhe, ou intermitentemente deixe de trabalhar, não é uma população livre da necessidade de fazê-lo; portanto, seu tempo também não é livre, mas está à disposição do capital.

Dissemos, acima, força de trabalho “potencial” porque ela pode ou não ser necessária, quando não é necessária, do ponto de vista dos negócios capitalistas, o trabalhador vive as mazelas do desemprego, como veremos mais adiante.

De uma forma geral, o trabalho, como atividade, é a energia despendida para produzir algo. Neste sentido, o trabalho existe de diversos modos e desde as sociedades mais antigas. A força de trabalho é própria de um momento histórico definido, ou seja,

⁴ Ver: MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988, volume I, coleção Os Economistas, cap. V, item 2, O processo de valorização, p.148-156; particularmente, p. 153.

quando o trabalhador já constituído ou “livre”, quer dizer, expropriado de todos os meios de produzir, terá que vender o único bem (mercadoria) que lhe resta: sua força de trabalho, em forma de jornadas, horas, etc., ao proprietário dos meios de produção, o capitalista. Como nos diz Marx: “[...] A *transformação do trabalho* (como atividade viva e orientada a um fim) em *capital* é em si o resultado da troca entre capital e trabalho, na medida em que esta troca outorga ao capitalista o direito de propriedade sobre o produto do trabalho (e a direção sobre o trabalho). Esta transformação só é posta no processo de produção mesmo.[...] A produtividade do trabalho se converte deste modo, também, em força produtiva do capital, tal como o valor de troca geral das mercadorias se fixa no dinheiro. [...]” (Grundrisse, p. 215).

Então, “as forças produtivas⁵ apresentam-se completamente independentes e separadas dos indivíduos...Em nenhum período anterior as forças produtivas tinham revestido esta forma indiferente às relações dos indivíduos *enquanto* indivíduos, pois estas relações eram ainda limitadas.”⁶ Nesta sociedade, o trabalho, como forma moderna de atividade, transforma-se em trabalho abstrato.⁷

⁵ O trabalho, no capitalismo, é alienado do trabalhador na forma de mercadoria. Veremos mais adiante que a força produtiva é constituída por *trabalho morto* ou *objetivado* (capital constante) e *trabalho vivo* (capital variável). Somente este último é capaz de gerar valor. (Nota dos autores do presente texto).

⁶ MARX, Karl. A Ideologia Alemã. Portugal/Brasil: Presença/Martins Fontes, s/d, 3.^a edição, p. 91.

⁷ “A indiferença frente a um gênero determinado de trabalho supõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros reais de trabalhos, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Assim, as abstrações mais gerais surgem unicamente ali onde existe o desenvolvimento concreto mais rico ... Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é somente o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença por um trabalho particular corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito e, portanto, indiferente. O trabalho se converteu então, não só enquanto categoria, mas também na realidade, no meio para criar a riqueza em geral e, como determinação, deixou de aderir ao indivíduo como uma particularidade sua ... a abstração da categoria ‘trabalho’, o ‘trabalho em geral’ ...que é ponto de partida da economia moderna...a abstração mais simples ..., e que expressa uma relação antiqüíssima e válida para todas as formas de sociedade, se apresenta não obstante como praticamente certa neste grau de abstração só como categoria da sociedade moderna.” (Grundrisse, p. 25)

Este texto pretende ajudar a esclarecer, através da análise da exploração do trabalho, o sentido do trabalho enquanto abstrato, na vida do trabalhador.

Essa mercadoria (a força de trabalho) não é como as demais, pois ela possui a capacidade de gerar um valor a mais quando é empregada: o que chamamos de mais-valia. Atualmente, o desenvolvimento do capitalismo potencializou tanto a exploração da capacidade do trabalho que contraditoriamente resulta na elevação do desemprego e, ao mesmo tempo, na dificuldade cada vez maior de aumentar a capacidade de exploração. Assim, vivemos não só uma crise do emprego, mas da própria reprodução do capital.

A forma do trabalho, como produtor de mais-valia, é o modo específico de produzir sob o capital. Isto quer dizer que há um processo de constituição do trabalho como trabalho assalariado.

A própria escravidão, seja a indígena ou a negra, no caso do Brasil, pode ser compreendida como um momento desta constituição, no sentido de que já se tratava aqui do desenvolvimento da economia moderna. Isto implica dizer que a própria escravidão moderna, na medida em que tem como pressuposto de sua efetivação a produção de mercadorias para o comércio, ou seja, a produção do valor, constitui-se como um momento da formação do trabalho. A escravidão indígena, portanto, participou desse processo que, seja por condicionantes internas ou externas a ela, veio a contribuir na realização de formas especificamente capitalistas de produção, ainda que não se estabeleça aqui uma linearidade temporal pressuposta deste processo.

4. MAIS-VALIA ABSOLUTA

“À base do modo de trabalho pré-existente, ou seja, de determinado desenvolvimento da força produtiva do trabalho e da modalidade correspondente a essa força produtiva, só se pode produzir mais-valia através do prolongamento do tempo de trabalho, isto é, sob a forma da mais-valia absoluta. A essa modalidade (...) corresponde à subsunção formal do trabalho ao

capital, quando os processos de trabalho tradicionais - artesanato, campesinato - ficam sob a direção do capital, mediante o prolongamento da jornada de trabalho.”⁸

Chama-se **acumulação primitiva** esse momento de formação do capitalismo e ele envolve a expropriação: que os agricultores percam sua terra e o controle do processo produtivo; que os artesãos não dominem mais seu processo de trabalho, nem o seu resultado. O capitalismo nesta fase não mudou o modo de produção, o modo de trabalho, mas já submeteu esses sujeitos do trabalho.

Então, sem o controle do processo produtivo, esses trabalhadores passam a ser, extremamente, explorados. É a forma do capitalismo subordinar o processo produtivo, sem alterar o caráter do processo real de trabalho, sem ainda ter mudado as relações de produção. O passo seguinte vai ser o de mudar tudo: introduzir máquinas, alterar a divisão do trabalho, concentrar o processo produtivo, produzir em massa. Historicamente se viverá as duas situações: esta exploração extensiva de trabalho, que se denomina extração da mais-valia absoluta ou produção de mais-valia, sob a forma da mais-valia absoluta, com o aumento da jornada de trabalho, e a exploração intensiva de trabalho, que dependerá do desenvolvimento das forças produtivas, de uma mudança nas condições materiais de produção, no modo de trabalho.

5. MAIS-VALIA RELATIVA

Parece que o capitalismo se identifica com o mercado e com o aumento de circulação de mercadorias. Mas é preciso compreendê-lo como modo especificamente capitalista de produção. O que isto significa? O capitalismo tenderá a destruir o artesanato, as formas camponesas de produção, em prol de um modo de produzir mais intensivo. Ele definirá o desenvolvimento da maquinaria, da divisão técnica do trabalho, que implica num aumento da capacidade do trabalho, apropriada pelo capitalista;

⁸ MARX, Karl. O Capital, livro I, capítulo VI, (inédito), [p. 470].

assim, do tempo total de trabalho, uma parte cada vez menor é suficiente para pagar a força de trabalho, restando (relativamente) mais tempo de trabalho para o capital (trabalho não pago).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista depende de uma transformação das forças produtivas do trabalho. O capitalismo desencadeia o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho - desenvolvimento das técnicas, das capacidades de trabalho, das ciências, voltado à produção -, tornado contraditoriamente desenvolvimento das forças produtivas do capital.

A produção de mais-valia relativa se define com a modificação real do modo de produção, constituindo-se um modo de produção especificamente capitalista. Trata-se de um modo de produção tecnologicamente específico, que transforma a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais; dá-se a submissão real do trabalho ao capital. A submissão real equivale a uma revolução na produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e o trabalhador à base do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, constituído pelo aumento do volume de produção, acréscimo e diversificação das esferas produtivas e de suas ramificações. Então, a produção pela produção, tornada uma finalidade, a produção como fim em si mesma, na relação capitalista, se realiza de maneira adequada: subverte-se assim o sentido da produção. Não se produz para necessidades, mas para o aumento da produção.

O processo de produção, como processo de produção de mais-valia, é a expansão do mundo da mercadoria. As mercadorias, que têm como elementos constitutivos o valor de uso e o valor de troca, carregam no valor a mais-valia produzida, através da exploração do trabalho. Assim, produzir para realizar a troca passa a ser uma necessidade para a realização dessa mais-valia.

As duas formas de mais-valia, a absoluta e a relativa, têm a primeira forma como precursora, mas “a mais desenvolvida, a segunda, pode constituir, por sua vez, a base para a introdução da primeira em novos ramos de produção.”⁹ As duas formas de mais-valia são, ao mesmo tempo, sucessivas e podem se realizar

⁹ MARX, Karl. O Capital, livro I, capítulo VI, (inédito), [p. 472].

simultaneamente. Esta consideração é muito importante para decifrar as reais condições de trabalho em cada ramo de produção e nos diferentes ramos de produção. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho é possível observar, para produzir dado produto, a relação entre ramos produtivos que produzem de modos diferentes, havendo em uns a extração da mais-valia absoluta e em outros a extração da mais-valia relativa. A produção de um mesmo produto pode reunir essas duas formas de mais-valia.

6. CAPITAL VARIÁVEL E CAPITAL CONSTANTE

O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo socialmente necessário para sua produção. O objetivo do processo de trabalho é a sempre crescente produção da mais-valia, realizada pelo trabalho, produtor de mercadorias.

Sendo a força de trabalho uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador (alimentos, roupas, moradia, transporte, etc.), o valor excedente, não pago ao trabalhador, é a mais-valia.

Toda a riqueza social refere-se ao trabalho não pago e ao salário.

Toda apropriação do lucro refere-se ao trabalho não pago.

O Capital Total se divide em Capital Constante (CC) e Capital Variável (CV):

$$\text{CT} = \text{CC} + \text{CV}$$

Chama-se Capital Constante todo Capital que não seja salário, como máquina, matéria-prima, materiais auxiliares, etc., em utilização no processo produtivo, porque este investimento não acrescenta valor, ao contrário do investimento no Capital Variável, que permite ao capitalista o uso da Força de Trabalho que produz um novo valor.

As máquinas, sem o trabalho do trabalhador, sem serem usadas, se deterioram, viram ferros-velhos. Elas precisam do trabalho. Elas, em si mesmas, sem a relação de trabalho, nem

sequer são Capital Constante, pois tanto a manutenção, como o aumento do Capital Constante dependem do valor novo criado pelo trabalhador no processo produtivo.

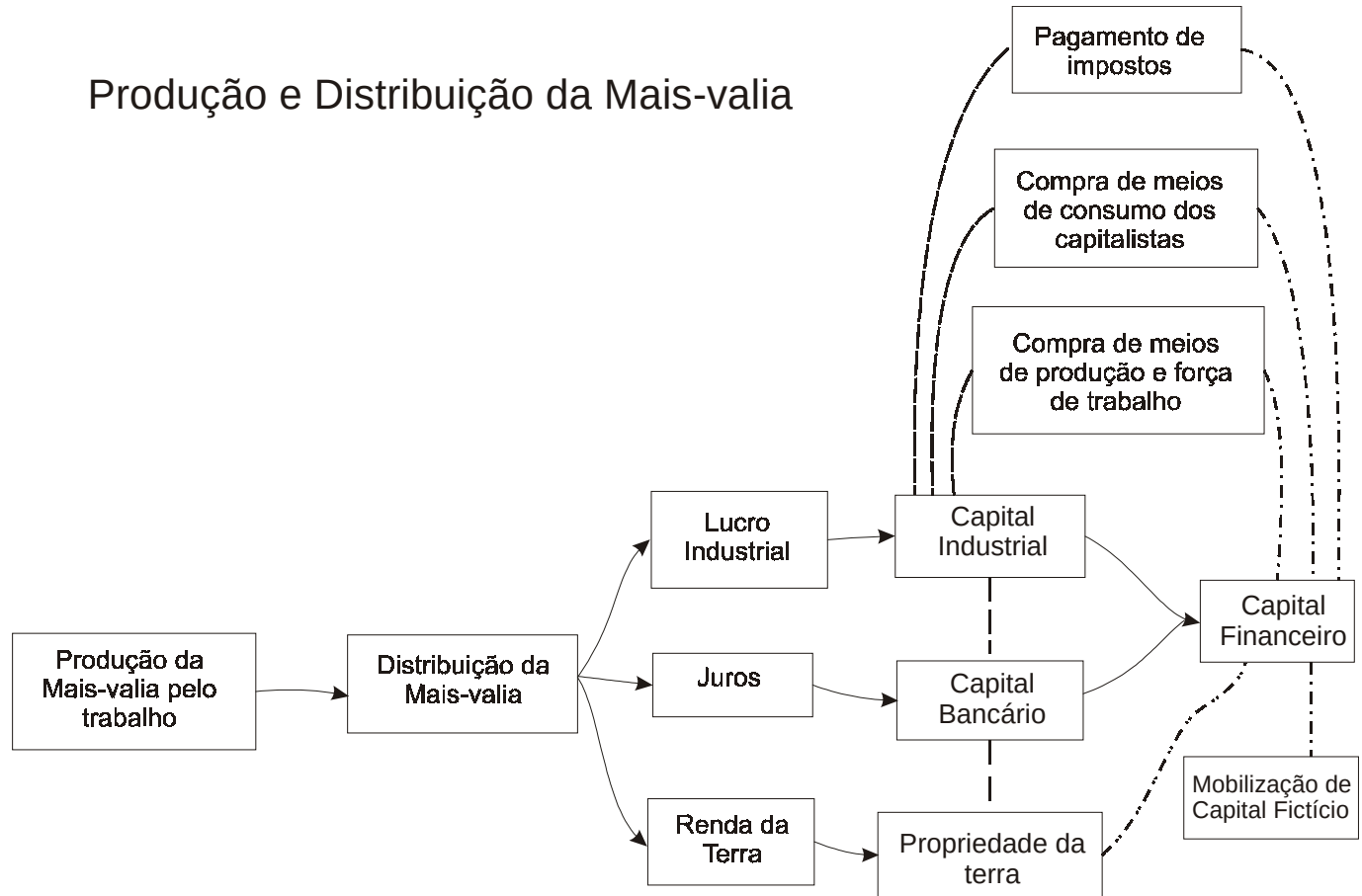
É desta fonte (o valor produzido pelo trabalho) que é distribuída a riqueza social. Uma parte é aplicada nos salários, para a reprodução da força de trabalho. Da mais-valia, extrai-se uma parte como lucro dos negócios da indústria, da agricultura e do comércio; uma segunda parte, como juros, nos negócios financeiros e bancários; outra parte é transferida ao proprietário de terras, na qualidade de renda da terra. E, finalmente, parte da riqueza social é transferida ao Estado por meio dos impostos.

- Reprodução da força de trabalho: salário.
- Negócios da indústria, da agricultura e do comércio: lucro.
 - Negócios financeiros, bancários: juros.
 - Propriedade da terra: renda da terra.
- Transferência do excedente da riqueza social para o Estado: impostos.

Em resumo, a mais-valia, que constitui o trabalho não pago ao trabalhador, como momento próprio da produção, na relação capitalista, divide-se no momento da distribuição e aparece como lucro, juros e renda da terra. Isto é, todo lucro, todos juros, toda renda da terra vêm do trabalho, do trabalho não pago.

Por exemplo, uma empresa multinacional como a Volkswagen pode ser, ao mesmo tempo, uma indústria automobilística e mais um elemento no quadro da especulação internacional da bolsa de valores, utilizando-se da riqueza produzida pelo trabalhador para investir em capital financeiro e, ainda, tornando-se uma proprietária de terras (na Amazônia, chegando a utilizar trabalho escravo, como já foi denunciado), atuando no comércio, etc. Portanto, a empresa se constitui como um grupo empresarial (denominado holding). Isso quer dizer que esse grupo se realiza no mundo do capitalismo lucrando, obtendo juros e rendimentos com a terra, tudo a partir da exploração do trabalho. Dependendo da conjuntura, suas formas de investimento variam, conforme as possibilidades de ganho.

Produção e Distribuição da Mais-valia



7. TAXA DE MAIS-VALIA (TMV)

Costuma-se confundir Taxa de Lucro e Taxa de Mais-valia, embora não sejam a mesma coisa. Primeiramente, uma taxa expressa uma relação entre duas grandezas. No caso da **Taxa de Mais-valia**, ela é uma relação entre o Trabalho Pago e o Trabalho não Pago; **ela define o grau de exploração do trabalhador** e, ao mesmo tempo, revela a tendência permanente do Capital em criar Mais-valia. Para explicitá-la tem-se:

$$\begin{aligned}\text{Capital Variável} &= \text{CV} \\ \text{Mais-valia} &= \text{MV} \\ \text{Taxa de Mais-valia} &= \text{TMV}\end{aligned}$$

Para melhor expressar essa relação, aqui ela vai aparecer de mais de uma maneira, desde quando ela aparece na contabilidade do capitalista até a forma como ela é vivida pelo trabalhador. Na contabilidade do capitalista, são elementos que compõem o Capital; do ponto de vista do trabalhador, ela aparece como formas de trabalho, através das horas de trabalho.

- TMV, do ponto de vista dos Elementos do Capital: MV/CV .
- TMV, do ponto de vista das Formas de Trabalho: Trabalho excedente/ Trabalho necessário.
- TMV, do ponto de vista do trabalho, na vida do trabalhador, face aos elementos do Capital: horas do trabalhador para o capitalista/horas do trabalhador para sua reprodução enquanto tal.

Sintetizando:

$$\text{TMV} = \frac{\text{MV}}{\text{CV}} = \frac{\text{Trabalho excedente}}{\text{Trabalho necessário}} = \frac{\text{horas do trabalhador para o capitalista}}{\text{horas do trabalhador para sua reprodução enquanto tal}}$$

Em outros termos: a TMV se calcula assim:

Mais-valia dividida pelo Capital Variável, multiplicada por 100.

$$\text{TMV} \quad \frac{\text{MV}}{\text{CV}} \times 100$$

Esta é a Taxa de Exploração do trabalhador: a proporção em que ele trabalha para ele mesmo (salário) e para o capitalista (Mais-valia). Essa reflexão sobre a taxa de mais-valia é muito importante, porque nos revela a proporção entre o que fica com o capitalista e o que fica com o trabalhador.

8. TAXA DE LUCRO (TL)

Até agora vimos como se calcula a taxa de mais-valia. Esta nos revela o grau de exploração do trabalho. Vamos agora refletir sobre a taxa de lucro, que nos revela a rentabilidade do capital. Seguimos com Marx:

“Até aqui falamos unicamente dos dois elementos do capital, das duas partes do dia vivo de trabalho, das quais uma representa o salário, a outra o lucro; uma o trabalho necessário, a outra o Mais-trabalho. Onde ficam, então, as outras duas partes do capital realizadas no material de trabalho e no instrumento de trabalho?” [Grundrisse, p. 259].

Essas duas outras partes não produzem sozinhas. O trabalho vivo não só produz mais-valor, mas conserva os valores já existentes no processo produtivo. Sem o trabalho a máquina se deteriora; sem o trabalhador a matéria-prima se estraga. Portanto, no processo produtivo, o trabalhador produz novo valor e conserva o valor já existente. Tudo isso utilizando a máquina e transformando a matéria-prima, através de instrumentos, no novo produto (algodão que se torna tecido, através da utilização das máquinas). Estes outros componentes, algodão e máquina, são definidos como trabalho objetivado.

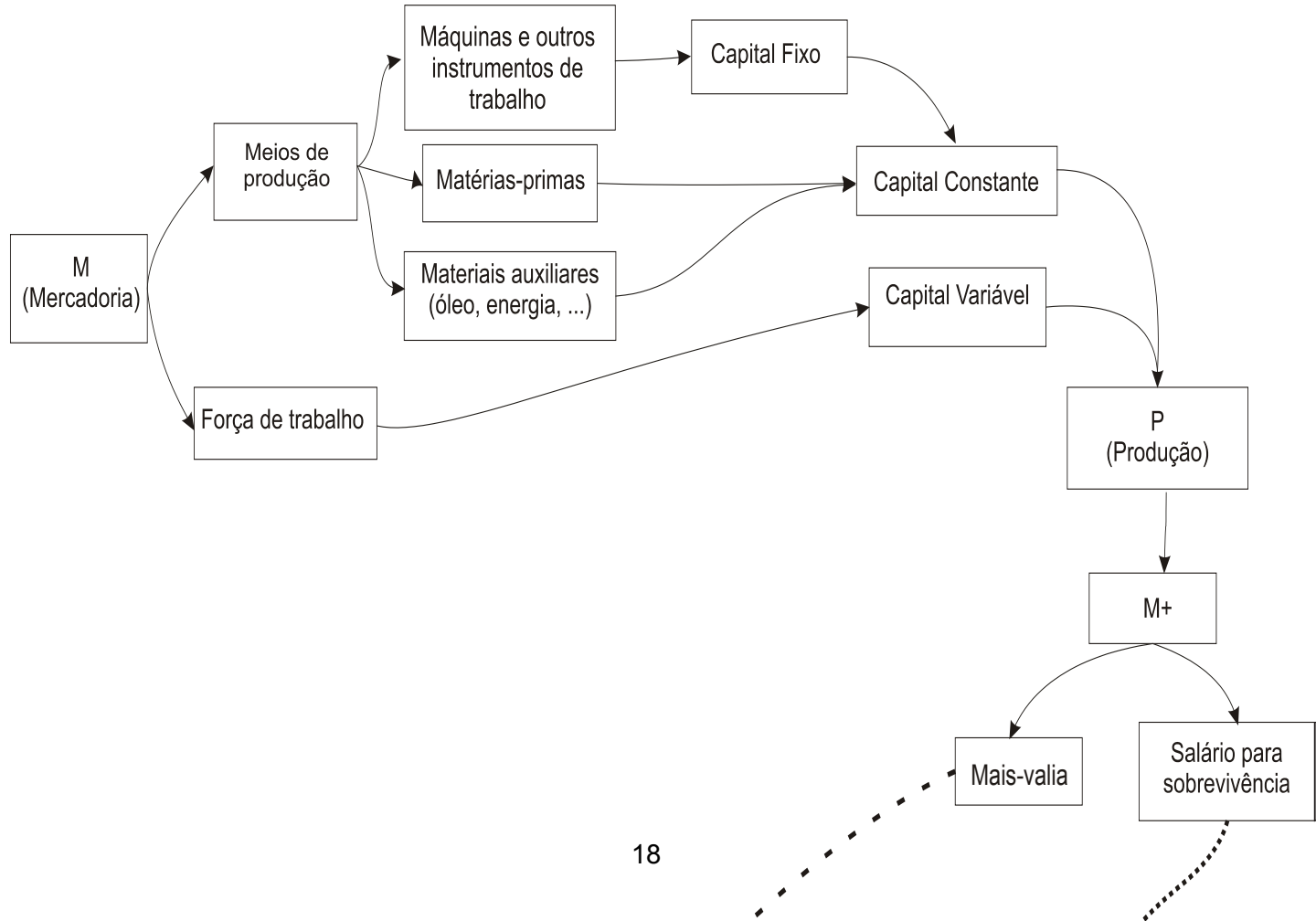
Agora vamos pensar na composição do valor composto de trabalho vivo e trabalho objetivado. Precisamos dessa compreensão para entender a taxa de lucro. O que é definido como trabalho objetivado, mobilizado como Capital, compõe o Capital Constante. O trabalho vivo, mobilizado pelo capital, define-se como Capital Variável.

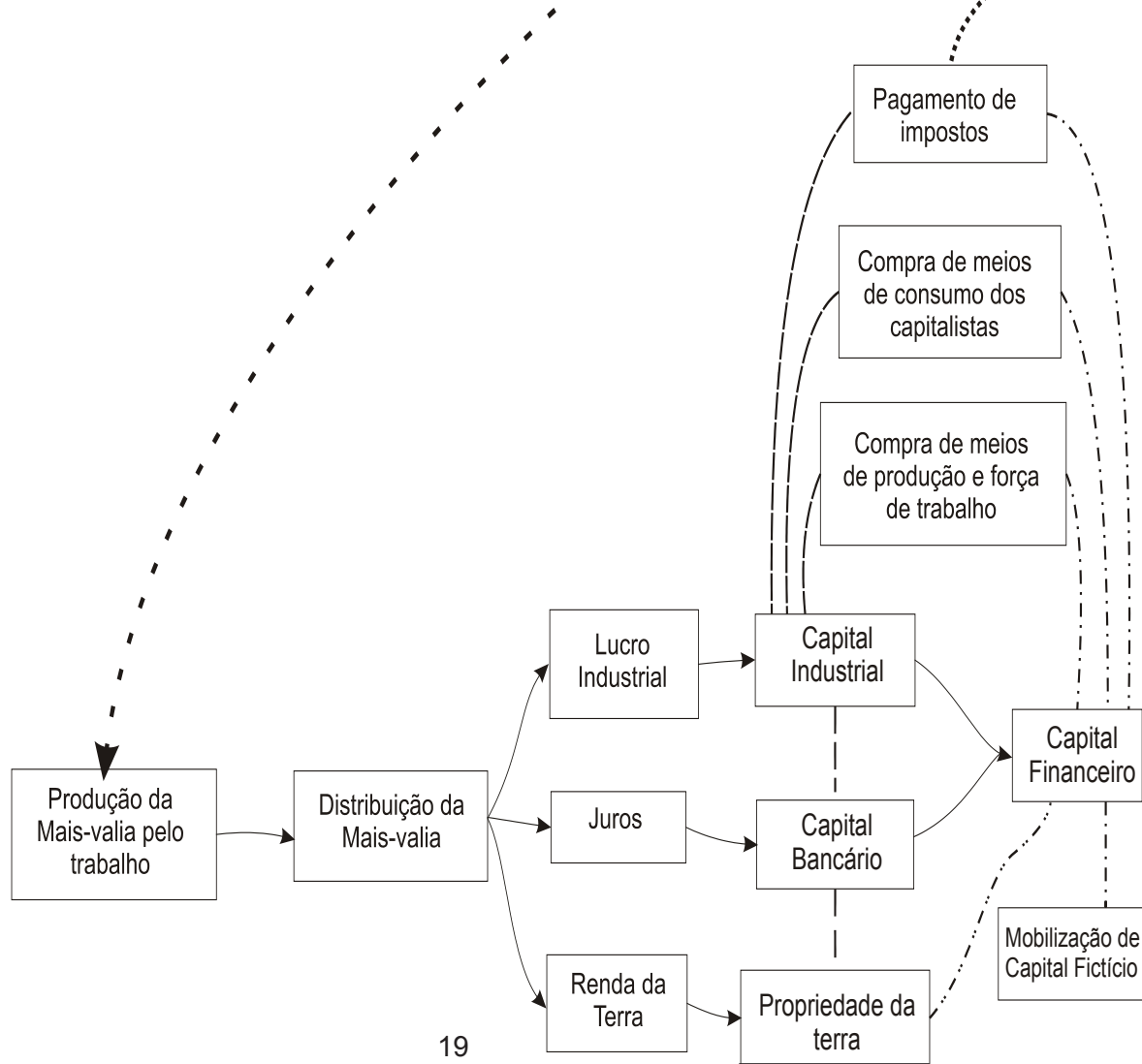
Por que se define como Capital Variável? Porque é a parte do Capital que produz um valor novo, é ela que faz o capital variar a sua grandeza.

Por que definir a outra parte como Capital Constante? Porque o trabalhador conserva esta parte do Capital ao produzir o novo valor, mesmo que materialmente haja transformação, como a transformação de algodão para tecido.

Relembrando: a taxa é a relação entre duas grandezas. A TAXA de LUCRO é a relação entre a Mais-valia e o Capital total (Capital Constante + Capital Variável) necessário para produzi-la. Assim se define a rentabilidade do Capital. A taxa de lucro é calculada, multiplicando por 100, o montante de Mais-valia dividido pelo Capital Total. A Mais-valia, dividida pelo Capital Variável, mais o Capital Constante (instrumentos de produção, matéria-prima, materiais auxiliares da produção), multiplicado por 100.

Composição do Capital Produtivo, Produção e Distribuição da Mais-valia





A **Taxa de Lucro** é a relação¹⁰ entre a MV (trabalho não pago) e o Trabalho total, que sintetiza como elementos do Capital: o Capital Constante + o Capital Variável. Esta relação define o lucro do Capital.

$$TL = \frac{MV}{(CV + CC)} \times 100$$

A proporção é entre a mais-valia, o valor novo criado a mais que o salário, produzido pelo trabalhador, e todo o Capital investido na produção, não só o que é gasto com salário, mas todo o montante investido em materiais e instrumentos necessários à produção.

Quanto mais Capital Constante soma-se ao processo produtivo, menos trabalho proporcionalmente o processo requisita; então, o trabalho é negado dentro da produção, contraditoriamente, quando ele é o elemento da produção que cria valor novo. Através da taxa de lucro, temos a compreensão do processo do ponto de vista do Capital e, ao mesmo tempo, se revela que ele não é independente do trabalho.

Eis uma enorme contradição: temos **crise de emprego**, mas temos também **crise de produção** de um valor novo. Estas duas crises vêm juntas. E a gente vê isto? Não exatamente.

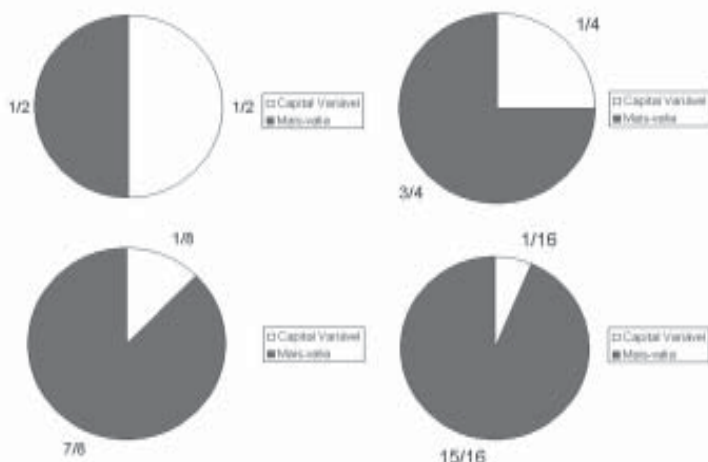
O **desemprego**, sim, é visível, mas a crise do **Capital** não, pois ele passa a se reproduzir na forma de Capital Fictício. O Capital Fictício é uma promessa não cumprida: promete-se vender mais mercadorias; promete-se produzir mais mercadorias; promete-se que o dinheiro, que representa, como medida de valor, o valor produzido, seja de fato esta medida. Mas esse dinheiro pode ser falso, na qualidade desta medida: existe o dinheiro, ele até circula como Capital - nas bolsas de valores, nas letras de câmbio, nas promessas de pagamentos futuros, nas especulações com todo o tipo de dinheiro -, mas ele não tem o conteúdo de uma riqueza real, a dos produtos e das mercadorias.

¹⁰ Por relação entendemos uma proporção entre duas quantidades. Aqui no texto aparece também na forma de fração.

9. VARIAÇÕES DA TAXA DE MAIS-VALIA SEGUNDO O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS DO TRABALHO

O objetivo neste momento da análise é examinar as relações entre trabalho pago e trabalho não pago, a partir das alterações no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.¹¹

Relação entre Capital Variável e Mais-valia: proporções



Suponhamos, no primeiro caso, que o capital variável valorize 50% (metade $[\frac{1}{2}]$ de seu valor). Então teríamos a seguinte proporção:

50% ($\frac{1}{2}$) de trabalho pago e 50% ($\frac{1}{2}$) do trabalho não pago.

Ou, de forma abreviada, temos como **primeiro caso**:

$$CV \frac{1}{2} + MV \frac{1}{2}$$

¹¹ “O aumento da produtividade do trabalho não significa outra coisa senão o seguinte: que o mesmo capital cria o mesmo valor com menos trabalho, ou que um trabalho menor cria o mesmo produto com um capital maior.” [Grundrisse, p. 291-292].

Neste caso, a mais-valia é de 100%. Vejamos como calculá-la:

A taxa de mais-valia, como já exposto, é igual à mais-valia dividida pelo Capital Variável, multiplicada por 100.

$$\text{TMV} = \frac{\text{MV}}{\text{CV}} \times 100$$

Neste caso, o da valorização de 50%, o mesmo trabalho rende um valor de uso duplicado, em relação ao trabalho necessário para a subsistência do trabalhador. [Grundrisse, p. 240] Ou seja, o trabalhador trabalha meio dia para sua sobrevivência e meio dia para o capitalista. Isto significa dizer que o trabalhador, para viver um dia inteiro, precisa trabalhar só meia jornada de trabalho. Em outras palavras, apenas meio dia de trabalho é suficiente para o trabalhador reproduzir-se enquanto pessoa, mas na condição de trabalhador, o capitalista o fará trabalhar uma jornada inteira.

Se o capitalista dobrasse a força produtiva do trabalho utilizada (com novas tecnologias, intensificação do trabalho, desenvolvimento da divisão técnica do trabalho), a proporção mudaria de:

$$\text{CV} \frac{1}{2} + \text{MV} \frac{1}{2} \text{ para } \text{CV} \frac{1}{4} + \text{MV} \frac{3}{4}$$

Neste **segundo caso**, há duplicação das forças produtivas:

Capital Variável	Mais-valia	Diferença entre o trabalho pago e não pago	Aumento da mais-valia em relação ao caso anterior
$\frac{1}{4}$	$\frac{3}{4}$	$\frac{2}{4}$	$+\frac{1}{4}$

Expliquemos melhor:

- $\frac{1}{4}$ do dia de trabalho para o trabalhador e $\frac{3}{4}$ para o capitalista.

O trabalhador só teria de trabalhar $\frac{1}{4}$ de jornada para viver 1 dia inteiro.

- Duplicando as forças produtivas, o CV passa de $\frac{1}{2}$, ou $\frac{2}{4}$, para $\frac{1}{4}$.

A força produtiva duplicou, diminuindo o CV de $\frac{1}{2}$ para $\frac{1}{4}$, e a MV aumentou de $\frac{1}{2}$ para $\frac{3}{4}$, isto é, teria aumentado só em $\frac{1}{4}$

[Grundrisse, p. 240], em relação aos $\frac{2}{4}$ do caso anterior.

Portanto, o CV diminuiu pela metade, enquanto a mais-valia aumentou somente 25%.

Terceiro caso:

Se o capitalista dobrasse, mais uma vez, a força produtiva empregada, a proporção mudaria de:

$$\text{CV } \frac{1}{4} + \text{MV } \frac{3}{4} \text{ para CV } \frac{1}{8} + \text{MV } \frac{7}{8}$$

Capital Variável	Mais-valia	Diferença entre o trabalho pago e não pago	Aumento da mais-valia em relação ao caso anterior
$\frac{1}{8}$	$\frac{7}{8}$	$\frac{6}{8}$	$+\frac{1}{8}$

Observamos logo que, duplicando a força produtiva, o crescimento da mais-valia passa de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{8}$, de uma proporção em relação à outra (do segundo para o terceiro caso).

Cálculo do aumento da MV:

- O aumento da MV anterior era de $\frac{1}{4}$, o deste caso é de $\frac{1}{8}$.
- Calculando $\frac{7}{8} - \frac{3}{4} = \frac{7-6}{8} = \frac{1}{8} = 12,5\%$

Quarto caso:

Se o capitalista dobrar, novamente, a força produtiva (com novas tecnologias...) a proporção mudaria para:

Capital Variável	Mais-valia	Diferença entre o trabalho pago e não pago	Aumento da mais-valia em relação ao caso anterior
$\frac{1}{16}$	$\frac{15}{16}$	$\frac{14}{16}$	$+\frac{1}{16}$

Mais uma vez, verificamos um aumento sim, mas, proporcionalmente, diminuído da mais-valia, sendo que o salário continua, de caso em caso, sendo reduzido pela metade.

10. SÍNTESE DA DUPLICAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Capital Variável	Mais-valia	Proporção equivalente	Aumento da mais-valia
$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$		
$\frac{1}{4}$	$\frac{3}{4}$	$\frac{2}{4}$	$+\frac{1}{4}$
$\frac{1}{8}$	$\frac{7}{8}$	$\frac{6}{8}$	$+\frac{1}{8}$
$\frac{1}{16}$	$\frac{15}{16}$	$\frac{14}{16}$	$+\frac{1}{16}$

Atenção às proporções do aumento da mais-valia, apresentadas através de linhas; assim, mais facilmente comparáveis:

	Capital Variável (trabalho pago)	Mais-valia (trabalho não pago)	Proporção entre trabalho pago e não pago	Taxa de mais-valia (TMV)	Aumento relativo da Mais-valia
1º Caso: $\frac{1}{2} + \frac{1}{2}$			50%	100%	
2º Caso: $\frac{1}{4} + \frac{3}{4}$			33%	300%	$+\frac{1}{4}$
3º Caso: $\frac{1}{8} + \frac{7}{8}$			15%	700%	$+\frac{1}{8}$
4º Caso: $\frac{1}{16} + \frac{15}{16}$			6%	1.500%	$+\frac{1}{16}$

Nesta síntese, podemos observar que a duplicação das forças produtivas resulta no aumento relativamente sempre menor da mais-valia extraída, em relação à proporção anterior. Isto significa dizer que, a longo prazo, o investimento nas forças produtivas (duplicação das forças produtivas) permite uma extração a mais e, contudo, proporcionalmente sempre menor da Mais-valia.

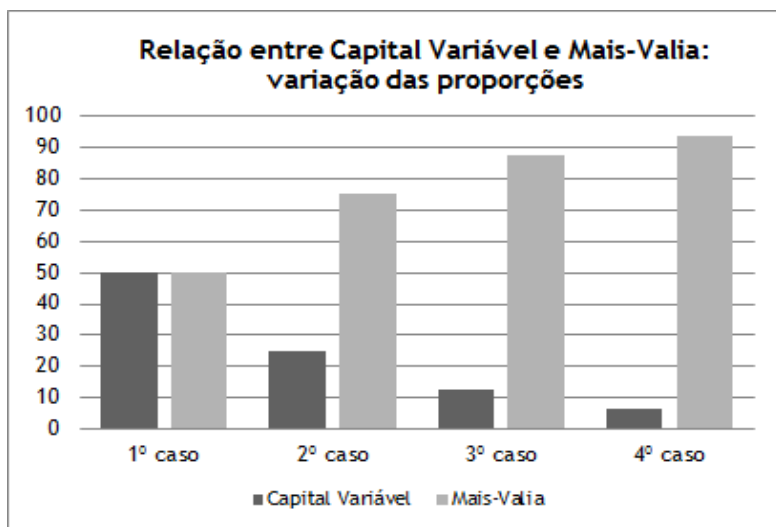
Para calcular este aumento relativo da mais-valia, em porcentagem, deve-se inverter a fórmula da Taxa de mais-valia, isto

é, de $\frac{MV}{CV} \times 100$ para $\frac{CV}{MV} \times 100$;

desta maneira, examinamos, diante da diminuição relativa da

presença de trabalho novo criado, entre os elementos do capital, com a duplicação das forças produtivas, como, por mais que a taxa de mais-valia cresça, a mais-valia, como fração da jornada laboral, terá aumento regressivo.¹²

- 1º caso: $\frac{50}{50} \times 100 = 100$
- 2º caso: $\frac{25}{75} \times 100 = 33,3$
- 3º caso: $\frac{12,5}{87,5} \times 100 = 14,3$
- 4º caso: $\frac{6,3}{93,7} \times 100 = 6,7$



¹² “Se a força produtiva se duplica, se multiplica por 2, o trabalhador só necessita trabalhar $\frac{1}{2}$ do tempo anterior para cobrir o preço do trabalho; mas depende da primeira relação dada, a saber do tempo que necessitava antes do aumento da força produtiva, o tempo de trabalho que necessita agora para este fim. O multiplicador da força produtiva é o divisor desta fração originária. O valor, o mais-trabalho, por conseguinte não cresce na mesma proporção numérica que a força produtiva... A Mais-valia é unicamente a relação entre o trabalho vivo e objetivado no trabalhador; *portanto, deve subsistir sempre um membro da relação.*” [Grundrisse, p. 243].

Proporção Decrescente de Mais-valia
em relação à duplicação das forças produtivas

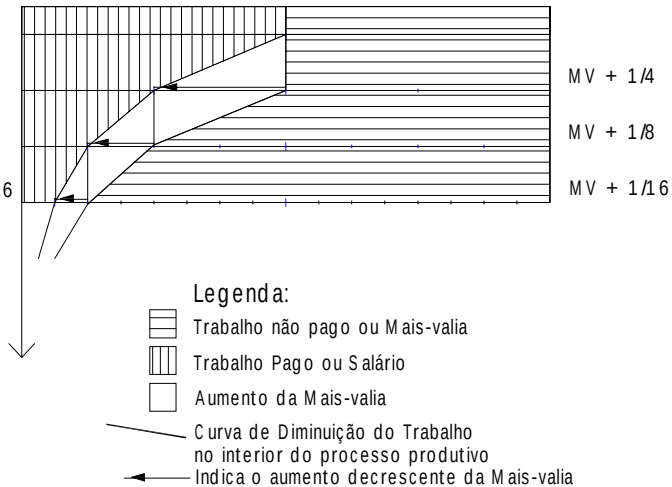
Proporção entre trabalho
pago
e trabalho não pago:

1º Caso: $1/2 + 1/2$

2º Caso: $1/4 + 3/4$

3º Caso: $1/8 + 7/8$

4º Caso: $1/16 + 15/16$



CONCLUSÕES (SOBRE AS VARIAÇÕES DA MAIS-VALIA, COM O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS):

1. A duplicação das forças produtivas do trabalho equivale a maior intensidade de exploração do trabalho, que significa desemprego, emprego informal, emprego com baixos salários, emprego temporário, etc. A proporção do Capital Variável na composição do Capital Total vai diminuindo na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, significando praticamente a expulsão do trabalhador enquanto tal.
2. A duplicação das forças produtivas do trabalho definindo a maior intensidade de exploração do trabalho equivale, também, ao crescimento da mais-valia em proporções decrescentes, comprometendo, no limite último, o aumento da taxa de mais-valia.
3. A duplicação das forças produtivas do trabalho demonstra uma Crise do Trabalho; assim como, uma Crise do Capital.

Chega-se no limite que este aumento da MV é tão pequeno, de uma composição à outra do capital, que não compensa ao mesmo investir nas forças produtivas. Esta é uma contradição básica do capital que move diferentes formas de o mesmo superar esta crise, crise que é própria da natureza do capital.

11. A VARIAÇÃO DA TAXA DE LUCRO (RELATIVAMENTE À VARIAÇÃO DA TAXA DE MAIS-VALIA)

Marx afirma: “Se ... cresce a força produtiva e com ela o mais-tempo relativo, se necessitará ... um desembolso menor para o salário e o próprio processo de valorização produzirá o crescimento em material.” [Grundrisse, p 290].

Elucidando a variação na taxa de lucro, examinaremos quatro casos. Nestes quatro casos, que vêm a seguir, fazemos o exercício de fixar o produto total¹³ **(em 140)** e o Capital Constante **(em 60)** e de diminuir pela metade o Capital Variável **em cada caso**; seguindo, agora, o modo como o próprio Marx raciocina a questão, nos Grundrisse entre as páginas 290 a 298.

Primeiro Caso

Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Capital Total	Mais-valia (MV)	Produto total	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)
60	40	100	40	140	100%	40%

- **Produto total: 140**
- **Capital Constante: 60**
- **Capital Variável: 40**
- **Mais-valia 40 = produto total 140, menos o Capital Constante 60 e o Capital Variável 40.**
- **Taxa de Mais-valia = $\frac{MV}{CV} \times 100 = \frac{40}{40} \times 100 = 100\%$**

$$\text{Taxa de Lucro} = \frac{MV}{(CC + CV)} \times 100 = \frac{40}{(60 + 40)} \times 100 = 40\%$$

¹³ O Produto Total inclui a mais-valia, considerando o Capital num movimento de valorização, isto é, considerando o Capital sempre como mais-capital, fruto da exploração do trabalho não pago.

Neste caso, supomos que haja 4 trabalhadores empregados, com salário de 10 reais cada um deles. (jornada diária)

Sobre as proporções recíprocas entre Capital Constante e Capital Variável, elas nos revelam o aumento e a diminuição relativos de cada um, em relação ao outro. Estas proporções são calculadas assim: Capital Constante dividido pela soma entre

Capital Constante e Capital Variável: $\frac{60}{(60+40)} = \frac{60}{100} = \frac{3}{5}$. Agora,

Capital Variável dividido pela soma entre Capital Constante e

Capital Variável: $\frac{40}{(60+40)} = \frac{40}{100} = \frac{2}{5}$. Neste caso, as proporções

são de $\frac{3}{5}$ e $\frac{2}{5}$.

Segundo Caso

Duplicando a força produtiva do trabalho, por meio do emprego de máquina, tecnologia e organização do trabalho, temos outra proporção:

- O Capital Variável custará a metade: de 40 passará para 20.
- A mais-valia crescerá em 20, passará de 40 para 60 = **40 + 20 (resultado da diminuição do CV).**

A taxa de mais-valia será: $\frac{MV}{CV} \times 100 = \frac{60}{20} \times 100 = 300\%$.

A taxa de lucro será: $\frac{MV}{(CC + CV)} \times 100 = \frac{60}{(60 + 20)} \times 100 = 75\%$.

Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Capital Total	Mais-valia (MV)	Produto total	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)	Aumento da Taxa de Lucro
60	20	80	60 (40+20)	140	300%	75%	35% (75% - 40%)

- Aumentou para 300% a MV e só para 75% a Taxa de Lucro.
- Do ponto de vista da quantidade dos trabalhadores, se, no primeiro caso, empregava-se 4 trabalhadores, neste segundo caso, emprega-se só 2, isto é, 2 trabalhadores ficaram desempregados.

A proporção entre Capital Constante e Capital Variável, relativamente ao capital investido, mudou neste caso: é de $\frac{3}{4}$ e

$$\frac{1}{4}, \text{ ou seja: } CC = \frac{60}{(60+20)} = \frac{3}{4} \text{ e } CV = \frac{20}{(60+20)} = \frac{1}{4}.$$

- O aumento da taxa de lucro, que vai de 40% para 75%, é de 35%, e vai se mostrar decrescente como veremos, a seguir.

Terceiro Caso

Duplicando a força produtiva novamente, temos outra proporção:

Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Capital Total	Mais-valia (MV)	Produto total	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)	Aumento da Taxa de Lucro
60	10	70	70 (60+10)	140	700%	100%	25% (100% - 75%)

- O Capital Variável custará a metade: de 20 passará para 10.
- A mais-valia cresce em 10, passará de 60 para 70.

- A taxa de mais-valia será: $\frac{MV}{CV} \times 100 = \frac{70}{10} \times 100 = 700\%.$

- A taxa de lucro será: $\frac{MV}{(CC + CV)} \times 100 = \frac{70}{(60 + 10)} \times 100 = 100\%.$

- A taxa de mais-valia mais que dobrou, de 300% para 700%, e o lucro só aumentou em 25% (100% - 75%; taxa de lucro deste caso, menos a taxa de lucro do caso anterior).

- O aumento da Taxa de lucro vai caindo.
- Neste caso teremos apenas 1 trabalhador empregado e 3 desempregados.

A proporção entre Capital Constante e Capital Variável neste caso é de $\frac{6}{7}$ e $\frac{1}{7}$.

Quarto Caso

Duplicando, ainda mais, a força produtiva, temos outra proporção:

Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Capital Total	Mais-valia (MV)	Produto total	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)	Aumento da Taxa de Lucro
60	5	65	75 (70+5)	140	1500%	115%	15% (115% - 100%)

- O Capital Variável custará a metade: de 10 para 5.
- A mais-valia passará de 70 para 75.
- Neste caso há apenas 1 trabalhador que tem seu salário reduzido pela metade.
- Aqui a proporção entre Capital Constante e Capital Variável é

de $\frac{12}{13}$ e $\frac{1}{13}$.

- A taxa de mais-valia será: $\frac{MV}{CV} \times 100 = \frac{75}{5} \times 100 = 1500\%$.

- A taxa de lucro será $\frac{MV}{(CC + CV)} \times 100 = \frac{75}{(60 + 5)} \times 100 = 115\%$.

Quadro Síntese da Duplicação das Forças Produtivas (demonstrando a variação da taxa de mais-valia e da taxa de lucro)

Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Capital Total	Mais-valia (MV)	Produto total	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)	Aumento da Taxa de Lucro
60	40	100	40	140	100%	40%	-
60	20	80	60 (40+20)	140	300%	75%	35% (75% - 40%)
60	10	70	70 (60+10)	140	700%	100%	25% (100% - 75%)
60	5	65	75 (70+5)	140	1500%	115%	15% (115% - 100%)

CONCLUSÕES SOBRE A VARIAÇÃO DAS TAXAS DE MAIS-VALIA E DE LUCRO:

1. Em todos esses exemplos, trabalhamos com a alteração da composição orgânica do Capital Total, ou seja, com a alteração da proporção entre o Capital Constante e o Capital Variável.
2. Através destes exemplos e desta síntese, observa-se o aumento exponencial (extraordinário) da Taxa de mais-valia, para que haja um aumento cada vez menor da taxa de lucro.
3. Nesses exemplos, menos trabalho pago produz mais mais-valia.
4. Pode-se diminuir o salário e/ou o número de trabalhadores: o gasto menor com o salário pode equivaler a uma diminuição de salário de cada trabalhador empregado ou a uma diminuição absoluta da quantidade de trabalhadores empregados, ou os dois, isto é, redução de salário e do número de trabalhadores empregados.
5. Esta síntese teve como propósito examinar dois movimentos incluídos na relação capital-trabalho, que demonstram: um empobrecimento potencial crescente da massa trabalhadora,

como inerente à relação de produção e, ao mesmo tempo, um lucro que cresce em proporções cada vez menores. Para poder fazer este exame, mantivemos sem alterações o produto total e o Capital Constante, respectivamente 140 e 60. Houve alteração do Capital Variável e com ele da mais-valia e do lucro. Como ele varia? Varia no sentido do desenvolvimento das forças produtivas: diminuição do Capital Variável necessário.

6. Eis o sentido do processo do capital: necessita cada vez menos de trabalhadores e como é o trabalho vivo deles a essência da valorização do capital, por mais que sejam explorados os trabalhadores, o aumento da taxa de lucro **proporcionalmente** diminui.

Falamos assim em crise do trabalho e do capital.

12. CÁLCULOS PARA MANTER OS EMPREGOS, DIANTE DA DUPLICAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Para demonstrar essas crises, por um outro caminho, considerando os elementos do processo de produção, agora nos perguntando:

Qual é o aumento de capital necessário para manter o **mesmo número de** trabalhadores na ativa, apesar da variação da composição do capital, com o desenvolvimento das forças produtivas?

Nesta segunda síntese, imaginamos, para isto, manter o montante de mais-valia e a taxa de mais-valia, fazendo variar os elementos do capital, com vistas a manter os trabalhadores empregados.

Considerando os casos acima apresentados, qual o montante de capital necessário para reempregar os 3 (três) trabalhadores dispensados?

Observamos que para conservar o montante de trabalho posto pela primeira composição (Capital Constante 60 e Capital Variável

40; em outros termos, $\frac{3}{5}$ de Capital Constante e $\frac{2}{5}$ de Capital Variável),

será necessário sempre dobrar o montante de Capital Constante investido, portanto, ir aumentando o Capital Total investido.

Ao fazer um exercício, supondo a manutenção no emprego dos trabalhadores desempregados, mesmo que haja uma duplicação das forças produtivas, não vamos alterar o Capital Variável, nem a mais-valia; portanto, manteremos a taxa de mais-valia igual em todos os casos. As mudanças acontecerão no Capital Total e Constante:

Capital Total	Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Mais-valia (MV)	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)
100	60	40	40	100%	40%
160	120	40	40	100%	25%
280	240	40	40	100%	14,3%
520	480	40	40	100%	7,7%

A consequência é uma diminuição significativa do lucro.

É uma tendência do capital a exclusão de trabalhadores do processo produtivo, para aumentar ou manter seus lucros.

Não compensa ao capitalista manter a mesma quantidade de trabalhadores com a duplicação das forças produtivas, pois enquanto o aumento do capital é de pouco mais de 50%, a taxa de mais-valia se mantém constante e, embora, o lucro, em termos absolutos, aumente, sua taxa de crescimento é decrescente. [Num exercício de generalização, ou seja, considerando não só apenas um capitalista, mas a relação entre vários capitalistas; se todos os capitalistas adotassem esse procedimento, o valor do Capital Constante e o do Capital Variável tenderiam a subir com o aumento de sua procura, diminuindo seus lucros, além do aumento da oferta de produtos, com tendência mais uma vez à redução de seus lucros. No entanto,

liberando trabalhadores com o aumento da produtividade do trabalho, o efeito é o inverso, pois aumenta a oferta de trabalhadores, com tendência à diminuição de seu valor, assim como os que ficam empregados tendem a ser mais explorados]. Por outro lado, o investimento em Capital Constante só vai ocorrer se implicar a diminuição dos custos: [“Em toda aplicação de maquinaria... se tira uma parte do capital da porção variável deste, a que se multiplica a si mesma... para incorporá-la à parte constante, cujo valor só se reproduz ou conserva no produto. Isto ocorre, entretanto, para fazer que se torne mais produtiva a parte restante. (Grundrisse, p. 704) [a introdução da maquinaria] só poderá ter lugar se a proporção do tempo de mais-trabalho não só se mantém inalterada... senão que se acrescenta em proporção maior que a relação entre o valor da maquinaria e o valor dos trabalhadores despedidos.” (Grundrisse, p. 705)].

Por que se adota este segundo procedimento? A concorrência e a busca de lucros maiores forçam a diminuição dos custos de produção e um destes custos é o valor da força-de-trabalho, seja dispensando trabalhadores, diminuindo salários, aumentando as horas-extras, deslocando a produção para locais onde os salários são mais baixos, etc.

Com isto verificamos que, dada à natureza do capital, a manutenção do Capital Variável investido é impossível.

13. TAXA DECRESCENTE DE LUCRO

A tendência do capital é de aumentar sua composição orgânica. Isso significa que as grandes inversões de capital, nos diferentes ramos da indústria, podem significar o aumento da composição do valor do capital e podem significar aumento da população trabalhadora, mas significam também uma diminuição relativa desta população trabalhadora; isto é, em relação ao capital investido há uma diminuição do Capital Variável, ou do trabalho pago.

Diante disso qual a tendência? Aumentar exponencialmente a taxa de exploração, ou taxa de mais-valia, e ainda assim não

conseguir controlar ou evitar a diminuição de taxa de lucro.

Por isso o empobrecimento da população trabalhadora (diminuição do emprego, dos salários, das condições de trabalho) não é um fato esporádico no capitalismo, pois faz parte do movimento do capital.

Há um aumento (absoluto) de riqueza total, através do empobrecimento crescente da população. Mesmo assim a economia é crítica, não só para o trabalhador, mas também para o processo do capital.

Vejamos alguns exemplos:

1º Caso

Capital Total	Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Mais-valia (MV)	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)
100	20	80	80	100%	80%

- A TMV (Taxa de Mais-valia) será: $\frac{MV}{CV} \times 100 = \frac{80}{80} \times 100 = 100\%$

- A TL (Taxa de Lucro) será: $\frac{MV}{(CV + CC)} \times 100 = \frac{80}{(80 + 20)} \times 100 = 80\%$

2º Caso

Invertendo a relação entre Capital Constante e Capital Variável, sugerindo um aumento da composição orgânica do capital: referente ao aumento proporcional do Capital Constante.

Capital Total	Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Mais-valia (MV)	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)
100	80	20	40	200%	40%

3º Caso

Aumentando o capital investido, com a manutenção do CV (Capital Variável), nos termos do 1º caso, e aumento da MV (Mais-valia):

Capital Total	Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Mais-valia (MV)	Taxa de Mais-valia (TMV)	Taxa de Lucro (TL)
240	160	80	240	300%	61%

Nos primeiros dois casos, o capital investido é idêntico, 100, embora a composição seja diversa. Apesar dos pequenos números, dos exemplos expostos, os maiores capitais tenderão a ter a composição do segundo exemplo.

Para tentar aumentar a Taxa de Lucro ou mesmo mantê-la, o capital, historicamente, tende a explorar exponencialmente a força de trabalho. Contudo, tendo em vista o aumento do Capital Constante, o resultado sempre coincide com uma taxa decrescente de lucro. É o que se observa na equação acima.

Extratos de Marx, sobre o tema proposto acima:

“A maior produtividade do trabalho se expressa em que o capital necessita comprar menor trabalho necessário para produzir o mesmo valor e maiores quantos de valores de uso; ou em que menos trabalho necessário produz o mesmo valor de troca, valoriza mais material e cria uma massa maior de valores de uso.” [Grundrisse, p. 292]

“Quando o *valor total do capital se mantém igual*, o crescimento da força produtiva implica, pois, que a parte constante do capital (que consiste em material e máquinas) cresce em relação à parte variável, isso é, à parte daquele que se troca com trabalho vivo e que constitui o fundo para o salário. Isso se apresenta, ao mesmo tempo, como uma quantidade menor de trabalho que põe em movimento uma quantidade maior de capital.” [Grundrisse, p. 292-293]

“Se cresce o *valor total do capital* que entra no processo de produção, o fundo de trabalho (esta parte variável do capital) terá de diminuir *relativamente*, comparado com a proporção que existiria se a produtividade do trabalho e portanto a proporção entre o trabalho necessário e o mais-trabalho houvesse permanecido igual”. [Grundrisse, p. 293]

“[...] a taxa de lucro não expressa nunca a taxa real segundo a qual o capital explora o trabalho, mas uma proporção sempre menor, e quanto mais falsa seja a proporção que expressa aquela taxa tanto maior será o capital [ou seja, quanto mais distante a relação entre lucro e mais-valia]... A taxa de lucro, então, só poderia expressar a real taxa de mais-valia se o capital inteiro se trocasse exclusivamente por salário.” [Grundrisse, p. 648-649].

14. O ENTRELAÇAMENTO DOS NEGÓCIOS E A ESPECULAÇÃO

Apresentação

O Dinheiro, parece que ele se basta: dinheiro produz dinheiro. Mas não é verdade, o dinheiro sem a produção real, que ele representa, se desvaloriza e assim desencadeia uma enorme crise. Esta é a situação que vivemos atualmente.

Uma outra forma de falar sobre isto é dizer que o capital financeiro atual (capital bancário + capital produtivo) domina o mundo econômico de hoje; definindo-se, assim, o capital financeiro enquanto capital financeirizado, aquele que se reproduz miticamente através de uma bolha financeira, pois o capital produtivo se reduz drasticamente. Portanto, o domínio do capital financeiro não é somente uma nova face da riqueza, ele representa a crise da riqueza real, ele se diz capital produtivo ou diz representar o capital produtivo, mas não chega à produção. Domina o mundo econômico hoje, mas não produz riqueza real (valor). Fala-se de uma “bolha financeira”¹⁴, de um mundo da economia fictício e artificial, que ela sustenta. O capital tenta adiar o aprofundamento da crise, transferindo a produção, o

¹⁴ A expressão bolha financeira, denotando esta fase crítica do capital, aparece na obra de Robert Kurz. [Fala-se de bolha financeira, ou seja, de um montante de dinheiro sem valor em busca de uma valorização futura, que não ocorrerá a não ser na produção].

comércio e a força de trabalho disponível para outros países, investindo nestes lugares, onde o salário é menor, o imposto é menor, a organização dos trabalhadores é menor e impondo, ao mesmo tempo, a lógica das finanças internacionais. Portanto, a crise é transportada para todo lugar.

Esse fenômeno financeiro ficou muito caracterizado na década de 1990, do século XX.

Vários países do Terceiro Mundo, chamados “emergentes” pelo capital financeiro internacional, como o Brasil, o México e a Argentina, são exemplos típicos deste processo, pois para receber o capital financeiro internacional, na forma de investimento e empréstimo, tiveram de realizar uma política de privatização (venda de empresas públicas), corte dos gastos sociais e aumento dos impostos, como forma de pagamento de suas dívidas.

O que ocorre é que este Dinheiro Financeiro é pago com o endividamento do Estado sem, portanto, ter realizado valor através do trabalho. Quando o Capital Financeiro retira-se do território nacional, o Estado e a sociedade ficam com a dívida e com a crise social.

Essa bolha financeira obscurece o conflito existente na relação Capital-Trabalho. Isso permite a passagem do mundo do trabalho para o mundo do consumo; permite o esquecimento da identidade de classe e o apogeu da “política econômica” em detrimento da reflexão sobre o trabalho e a crítica à economia política.

A circulação do capital e do dinheiro

Sobre a circulação, podemos dizer que:

A circulação do capital é simultaneamente circulação de dinheiro e mercadoria.

A velocidade de circulação do dinheiro é diferente da velocidade de circulação de mercadorias.

Os tempos de circulação das diferentes mercadorias também são diferenciados.

O crédito é uma forma “dinheirária” que tende a igualar os diferentes tempos de circulação das mercadorias. Através dele se adianta o consumo e/ou a produção (o crédito comercial adianta o consumo e crédito bancário adianta a produção). Então,

o crédito antecipa a circulação real das mercadorias e até a de outras formas de dinheiro, põe-se no lugar dessas outras formas (pois o crédito é uma forma de dinheiro, existem outras; um exemplo importante e cotidiano é o da moeda corrente como forma de dinheiro, enquanto meio de circulação).

A necessidade do capital, por sua natureza circulante, é diminuir a diferença de tempos da circulação tendendo a se aproximar do zero. Se o crédito facilita o equilíbrio entre oferta e demanda, ele também se realiza como tal, quando não há coincidência entre as circulações de mercadoria e dinheiro e quando é preciso equilibrá-las para a economia funcionar. O crédito é uma forma de dinheiro apropriada e adequada à natureza do capital e dos negócios. Conforme Gilbart, citado por Engels: “o que facilita os negócios, facilita a especulação”.¹⁵

As melhorias técnicas, que interferem na velocidade da circulação, interferem no processo creditício.

Vamos nos aproximar mais destas afirmações:

O crédito permite ao trabalhador comprar mercadorias, mais do que somente seu salário permitiria, pagando-as em prestações. As mercadorias impossíveis de serem compradas, considerando os limites dos salários, agora podem ser adquiridas. Portanto, as mercadorias, que seriam mais caras que o salário do trabalhador, através do crédito, podem ser compradas e pagas.

Aqui temos um aparente benefício. Parece que o trabalhador é favorecido, pois com o seu salário, ele pode consumir mais e ao mesmo tempo. Se o salário é o desembolso do empregador para o atendimento dos meios de vida do trabalhador, para que a mercadoria força de trabalho continue produzindo e se reproduzindo, quando um trabalhador abre um crediário para suprir suas necessidades de consumo e manutenção, o empregador não precisa aumentar o seu salário. Portanto, o empregador não teve que gastar mais.

¹⁵ MARX, Karl. El Capital. México: Siglo Veintiuno, 1977, tomo III, livro terceiro, O processo global da produção capitalista, capítulo XXV, Crédito e Capital fictício, p.521.

Neste contexto, para compreender o trabalhador enquanto comprador é preciso, ao mesmo tempo, entendê-lo como devedor.

Com o crédito, o trabalhador torna-se devedor para atender suas necessidades. Pode haver um custo maior da reprodução do trabalhador, porém sem diminuir a mais-valia. O credor adianta a capacidade de consumo do trabalhador em troca dos juros. Os juros são um ganho de quem negocia o dinheiro, mas no sistema de crediário o trabalhador termina por gastar mais para o atendimento de suas necessidades, logo, ao mesmo tempo que o empregador não teve que aumentar o salário, também quem concede o crédito ganha os juros. Além de não ter aumento de salário para o atendimento de suas necessidades, o trabalhador paga mais caro, pois se fosse à vista a mercadoria custaria menos.

Do ponto de vista do credor, o pouco emprestado para cada trabalhador torna-se um montante significativo na mão do credor, que reúne muitos devedores e, portanto, retém a capacidade de endividamento. Só é esta figura se tiver um lastro para assegurar que todas as dívidas serão pagas. Assim, através dos juros que recebe pelos empréstimos e dos rendimentos centralizados, este credor pode capitalizar inclusive as dívidas.

Atenção: o crédito não é especulação, a especulação é uma derivação do crédito.

O crédito se coloca entre a produção e o consumo no sentido do incremento desses dois, apropriando-se de parcela da mais-valia, o que contribui para o aumento da exploração do trabalhador.

O crédito surge, assim, com a finalidade, ou a necessidade, de acelerar a circulação. No entanto, quando o crédito antecipa a produção ou um consumo futuro cria a possibilidade da especulação e da crise. Pois o crédito ocorre sobre uma produção ou um trabalho não realizado, ou a mais do que pode ser realizado, caracterizando assim a especulação. Quando o crédito não consegue igualar os tempos diferentes das diversas mercadorias para que a circulação se desenvolva, pode gerar um desequilíbrio entre a oferta e a demanda e, portanto, uma situação de crise para a reprodução do capital.

Como a lógica do capital é acelerar a circulação, e o crédito favorece esse aceleração, chega-se ao ponto em que o crédito parece se desenvolver em um circuito à parte, desvinculado da produção; circulando uma quantidade de dinheiro sem os parâmetros do valor da produção, pois muitas vezes se torna mais vantajoso que a produção em si, caracterizando assim a formação de capital fictício (estágio avançado de reprodução de sua natureza abstrata).

A mudança da natureza do fenômeno do dinheiro: o dinheiro como massa

É importante considerar, com relação ao crédito, que ele aparece na vida do dia-a-dia do homem comum de um modo diferente daquele que o torna capital dinheiro nas mãos de quem controla a circulação do capital, através do dinheiro; então, do dinheiro tornado capital.

Não é difícil encontrar um momento dessa diferença discernível para todos: de um fenômeno de pequenas dimensões para cada um de nós a um fenômeno de grandes dimensões para quem controla o dinheiro como capital, um fenômeno de massa.

Observe: cada um de nós lida com o dinheiro relativamente em pequenas quantidades: uma pequena poupança; uma dívida de poucas dimensões. Para nossas posses podem parecer grandes - tanto a poupança como a dívida - mas socialmente pouco representa, pouco representa elas em separado. Acontece que socialmente somam-se todas as poupanças e todas as dívidas e essa massa de rendimentos, medida em dinheiro, é que se capitaliza, através dos bancos, dos fundos de pensão, dos fundos de investimentos, etc. Sempre, para cada um de nós, é preciso ficar claro que o fenômeno enquanto social muda de natureza. Para nós, nos dois casos é praticamente dinheiro enquanto meio de pagamento: devo e tenho a receber. Os dois casos estão inseridos no sistema de crédito, próprio de uma economia de mercado, de troca. Mas esses dinheiros, enquanto meios de pagamento, vão circular como dinheiro-capital nas mãos de agentes financeiros; desta maneira passam de meios de pagamento a dinheiro como

meio de circulação e enquanto tais circulam pela sociedade capitalizando toda ordem de empreendimentos: empresas industriais e também estritamente financeiras.

Numa economia de troca simples de mercadorias, que não é exatamente a nossa, o dinheiro como meio de circulação sai e entra no mercado: entra para realizar uma compra e depois de realizá-la sai do mercado, vai para o bolso de quem vendeu. Este pode num outro momento pô-lo à disposição para uma outra troca ou simplesmente entesourá-lo.

Numa economia de mercado ampliada como a capitalista, o tempo todo a circulação do capital envolve a circulação do dinheiro. O capital não se resolve em simples entesouramento. A idéia popular de que o dinheiro guardado no colchão perde valor é própria de uma percepção popular de que o dinheiro no capitalismo tem que se manter no mercado, circulando.

Uma outra consideração importante é a consideração que o dinheiro como meio de circulação no comércio e serviços a varejo e populares é um meio de circulação “subsidiário” e não exatamente o meio de circulação dominante. Vamos pensar em Reais, nossa moeda corrente: as moedas propriamente e as notas de pequeno valor, que circulam na vida cotidiana da maioria da população, são apenas signos de partes alíquotas do meio de circulação dominante, que são as notas de maior valor, que estipulam os preços das mercadorias que definem a qualidade dos mercados, neste caso nacionais. Então, os preços dos carros, das televisões, das mercadorias de consumo duráveis, próprios de nosso mercado, neste momento de nossa história - o recorte histórico da presença dessas mercadorias, como determinantes, costuma-se localizar na segunda metade do século XX - realizam os preços e não são meios de circulação evanescentes, que facilmente desaparecem, como as moedas e notas de baixo valor.

Entesourar moedas de pequeno valor parece equivocado exatamente porque o tesouro se produz com notas mais valorosas. Imaginem quantas moedas de R\$ 0,25 centavos seriam necessárias para guardar R\$ 100,00 reais: 400 moedas; um cofre cheio e ao mesmo tempo de baixo valor. São cofres infantis. Em resumo, o

dinheiro da maioria da população, da população mais pobre, o dinheiro que ela pode ter na mão todo dia, só reunido em grandes quantidades e traduzido em notas mais valiosas, define o dinheiro dos negócios. (Grundrisse, p. 695)

Os montantes que rodam ou circulam socialmente são imensos e por se tratarem de uma grande massa eles mudam de natureza, tornam-se grandes negócios nas mãos de quem centraliza esses dinheiros como capitais. Como padrão monetário dos grandes negócios, hoje, podemos reconhecer o império do dólar no mercado internacional.

O dinheiro e suas formas

No nosso dia-a-dia é comum associarmos o dinheiro somente com a moeda sob a forma de papel-moeda ou metálica. Mas o dinheiro também apresenta outras formas. Para funcionar como dinheiro, uma determinada mercadoria assumiu, primeiro, a forma de equivalente em relação às outras mercadorias (equivalente geral); uma vez estabelecida essa relação de equivalência, todas as outras mercadorias vão estar relacionadas e reduzidas (até as pessoas) a este equivalente (forma relativa); a moeda é apenas o meio facilitador das trocas, como o sal e o tecido no passado, que exerceram o papel de moeda de troca em função de uma economia pouco dinâmica e com escassez de moeda. O mais importante dentro desse processo foi o estabelecimento desses parâmetros, que vão se infiltrando nas relações sociais, atingindo em seu limite a falsa impressão de um processo natural, mas que na realidade estaria mais próximo de um processo de colonização.

Como meio circulante, fica em segundo plano a qualidade natural dessa mercadoria (dinheiro), sobressaindo-se seu papel de facilitação das trocas; é assim que os metais, por serem menos perecíveis e mais fáceis de portar, vão ocupando cada vez mais esta função e por isso também a função de reserva de valor. O dinheiro, como qualquer outra mercadoria, expressa determinada quantidade de trabalho e, por sua função de dinheiro, é a medida por excelência desse valor. No entanto, como esse valor é

variável, o dinheiro também expressa essa variação [Grundrisse, p. 676 e 679], através de sua apreciação ou depreciação.

Se no passado o sal, o tecido e outras mercadorias desempenharam o papel de dinheiro e de moeda, atualmente, na economia bastante dinâmica em que vivemos, novos meios desempenham o papel de moeda, desde os vales-transporte que o trabalhador vende ou troca por mercadorias até letras de câmbio, ações de empresas, títulos de dívidas, etc.

Mas se na vida de um trabalhador o dinheiro coloca-se mais numa esfera de circulação simples, ou seja, como meio para a realização do consumo, em instituições financeiras a própria circulação do dinheiro, sob suas várias formas, torna-se o principal meio para a obtenção de lucros. Um banco, por exemplo, cobra de seus clientes pequenas quantias de dinheiro pelos serviços, mas de uma grande massa de pessoas, isso resulta em lucros vultuosos; além de emprestar dinheiro a juros mais altos do que os capta. Por sua vez, as letras de câmbio, ações e outros títulos, criados como formas de crédito e investimentos, acabam se inserindo numa circulação própria (de oferta e procura) em que sua apreciação ou depreciação vai se afastando cada vez mais da referência da quantidade de trabalho presente, caracterizando assim a especulação financeira e a produção de capitais fictícios, pois não estão baseados na produção material de riqueza.

Um outro exemplo, de como essas relações vão ficando cada vez mais difíceis de serem apreendidas, assumindo formas abstratas, mas que atingem o nosso cotidiano, é que hoje utilizamos cada vez menos papel-moeda na compra de mercadorias, e cada vez mais dinheiro em forma eletrônica, como os cartões - que nos são oferecidos diariamente em todos os lugares, como facilidade de pagamento, parcelamento das compras e juros baixos -, pois o importante é a quantidade, a medida de valor que ele representa, e não necessariamente, o meio (vale, cheque, cartão, etc.) em que a troca acontece. Facilitando as compras na nossa esfera de consumo, nos envolve numa teia em que nos tornamos eternos devedores; em outras esferas, proporciona uma maior circulação do capital e possibilita

novas formas de lucro por empresas que manipulam esses desdobramentos das formas de dinheiro, em que aparentemente dinheiro produz dinheiro, pela criação de circuitos em que o dinheiro circula em escala mundial, dos quais mal temos a noção. Se a exploração do trabalhador antes se dava mais na esfera da produção propriamente dita, hoje se coloca entre eles mais um agente explorador, que em última instância o trabalho suporta e mantém: o capital financeiro e especulativo.

A tendência à financeirização do capital

Ao Capital, uma outra alternativa à taxa decrescente de lucro é a sua reprodução como crédito. Através da circulação do dinheiro em sua forma de crédito, o capital procura elevar ou manter a taxa de lucro no circuito financeiro. Pois, como veremos mais adiante, apesar do crédito não criar mais-valia, pode antecipar a produção ou o consumo e acelerar a circulação, se apropriando de parcela da mais-valia.

Todavia, por um modo de exposição independente da taxa decrescente de lucro, Marx demonstra que o crédito é uma tendência inerente à reprodução do capital, pois ao criar a mais-valia o capital disponibiliza um valor que não encontra equivalente disponível na circulação simples (dinheiro em sua forma negativa e autônoma), possibilitando assim sua introdução em uma nova produção ou sua circulação como crédito.

No exemplo a seguir, Marx compara dois capitais, imobilizando¹⁶ o Capital Constante e o Capital Variável e fazendo a mais-valia variar de um capital para outro. O objetivo de tal

¹⁶ A proposta deste item é fazer, assim como Marx fez, um outro movimento, diferente do que vínhamos fazendo até então. Sempre lembrando o método de Marx decifrar a economia capitalista, tão complexa, que inclui abstrações, não visíveis de imediato: ele fixa certos componentes do processo do capital, para compreender como tudo funciona se movimentando, ao mesmo tempo e contraditoriamente. “Todas as suposições fixas, *tornar-se-ão fluidas no decurso da análise. Mas só pelo fato de que no começo foram fixas é possível a análise, sem confundir tudo.*” (Grundrisse, p. 702)

exposição é ressaltar a importância de um novo valor criado disponível em cada operação do capital, que cria a possibilidade de sua reprodução como crédito.¹⁷

A “[...] constante acumulação de riqueza adicional [...] tem a tendência a assumir finalmente a forma de dinheiro. Mas, depois do desejo de ganhar dinheiro, o desejo mais premente é o de livrar-se dele de novo mediante qualquer espécie de investimento que traga juros ou lucro; pois o dinheiro como tal nada proporciona...”¹⁸

O dinheiro, como capital, não pode ser dinheiro parado, entesourado, senão mata a sua própria natureza como capital dinheiro. Ele se autodestrói. Qual é a sua natureza, então? Ele tem que se conservar circulando e de modo cumulativo, sempre crescendo. A finalidade dessa economia não é o uso, o consumo, mas, o uso e o consumo são apenas meios da finalidade maior

¹⁷ “Voltemos mais uma vez ao nosso exemplo. 100 táleros [antiga unidade de moeda alemã] de capital, a saber: 50 táleros de matéria-prima, 40 táleros de trabalho, 10 táleros de instrumento de produção. O trabalhador necessita 4 horas para produzir os 40 táleros, os meios necessários para sua vida, ou a parte da produção necessária para a manutenção de si mesmo; seu dia de trabalho seria de 8 horas. Desta forma o capitalista recebe gratuitamente um excedente de quatro horas; seu mais valor é igual a 4 horas objetivadas, 40 táleros; por conseguinte seu produto = 50 + 10 (valores conservados, não reproduzidos; como valores permaneceram constantes, inalterados) + 40 táleros (salário, reproduzido, porque consumiu na forma de salário) + 40 táleros de mais-valia. Total; 140 táleros. Destes 140 táleros há 40 de excedente. O capitalista teria que viver durante a produção e antes de começar a produzir; digamos 20 táleros. Estes, os teria que possuir para além de seu capital de 100 táleros; para isso era necessário que na circulação estivessem disponíveis equivalentes para esses. (Não nos interessa aqui, em absoluto, como surgiram esses.) O capital supõe à circulação como magnitude constante. Estes equivalentes estão novamente disponíveis. Consome, pois, 20 táleros de seu lucro, os que entram na circulação simples. Os 100 táleros também entram na circulação simples, mas para transformarem-se novamente em condições de uma produção nova, 50 táleros de material bruto, 40 de meios de subsistência para o trabalhador, 10 de instrumento. **Subsiste uma mais-valia agregada enquanto tal, recém-criada de 20 táleros. (...)**”. (Grundrisse, p. 271-272; negrito nosso)

¹⁸ MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988, volume IV, seção V, capítulo XXVI, p. 298, citação de *The Currency Theory Reviewed*, Londres, 1845.

que é continuar circulando riqueza para reproduzir mais riqueza e mais e mais. Claro que alguns podem virar entesouradores, guardando dinheiro e com isto reproduzir, para si, mais riqueza, mas isto só é possível porque outros não entesouraram também, e fazem o capital dinheiro produzir mais riqueza, como trabalho alheio apropriado pelo capital.

Através da terceira forma do dinheiro, ele como capital dinheiro, é possível verificar que o capital se desdobra em mais de um capital e que, embora todos os capitais se componham para o sistema capitalista funcionar, eles também se tornam indiferentes uns aos outros, todos querendo enriquecer, um a custa do outro. Então, o processo do capital é novamente contraditório, sempre contraditório.

“A terceira forma do dinheiro como valor autônomo, que se comporta negativamente frente à circulação, é o capital, mas não o capital que novamente passa, como mercadoria, do processo de produção à troca, para converter-se em dinheiro, mas o capital que, sob a forma de valor que se relaciona consigo mesmo, se converte em mercadoria e entra na circulação. (*Capital e juros*) Esta terceira forma implica ao capital sob suas formas anteriores [do capital no dinheiro como medida de valor - do novo valor criado pelo trabalho -; e do dinheiro como forma monetária do capital, elemento fugaz para trocar-se novamente] e constitui ao mesmo tempo a transição do capital aos *capitais em particular*, os capitais reais; pois agora, sob esta última forma, o capital já se divide, conforme a seu conceito, em dois capitais de existência autônoma.” (Grundrisse, p. 352-353)

Importa agora compreender que estão implicadas, no capital produtivo, outras formas de capital, que se compõem com o primeiro, mas o negam também, enquanto capital bancário, financeiro e mesmo especulação. O capital produtivo, no afã da acumulação, sempre ampliada, estabelece como possibilidade uma relação negativa com os capitais de empréstimos, pois estes podem acumular a custa do primeiro, nas fases desfavoráveis do ciclo industrial (os juros podem crescer). O capital de empréstimos se realiza como fonte privada de enriquecimento.

“Com isto naufraga a última ilusão do sistema capitalista: a de que o capital seria o rebento do trabalho e da poupança próprios. O lucro não só consiste na apropriação de trabalho alheio, mas o capital, com o qual se põe em movimento e se explora este trabalho alheio, consiste em propriedade alheia que o capitalista do dinheiro põe a disposição do capitalista industrial, e através do qual explora a este por seu turno.”¹⁹

Marx expõe essa possibilidade interna ao conceito do capital, aquela de se desdobrar em capitais particulares, novamente, através de exemplos do próprio movimento do capital. Nestes exemplos, com dois capitais de composições de capital diferentes, examina a sua expansão como *potencial*, expondo o mais-valor disponível e cumulativo a cada rotação do capital. Nos exemplos, ele não altera os componentes do capital originários, mas localiza o mais-valor como potencial de expansão, dividindo-o em mais-valia com equivalente disponível para troca - para consumo do capitalista - e mais-valia como equivalente potencial para troca, que ele chama de sem equivalência. Isto é, aquela porção da mais-valia que deve se resolver em valores de uso peculiares, a mais, necessários para a reprodução ampliada do capital: mais matéria-prima; mais instrumentos; e mais capacidade viva de trabalho (força de trabalho), nas proporções exigidas para pôr este mais-capital em movimento. Ele diz:

“Não só está posto um mínimo de nível de produção, mas um mínimo da expansão de tal nível. Neste caso, mais capital e população [trabalhadora] excedente.” (Grundrisse, p. 504)

1º capital originário:

Capital Total	Capital Constante	Capital Variável	Mais-valia	Parte da mais-valia com equivalente disponível	Porção da mais-valia restante: sem equivalente disponível
100	60 (50 de matéria-prima + 10 de instrumentos)	40 (4 horas das 8 horas trabalhadas)	40 (4 horas restantes)	20	20

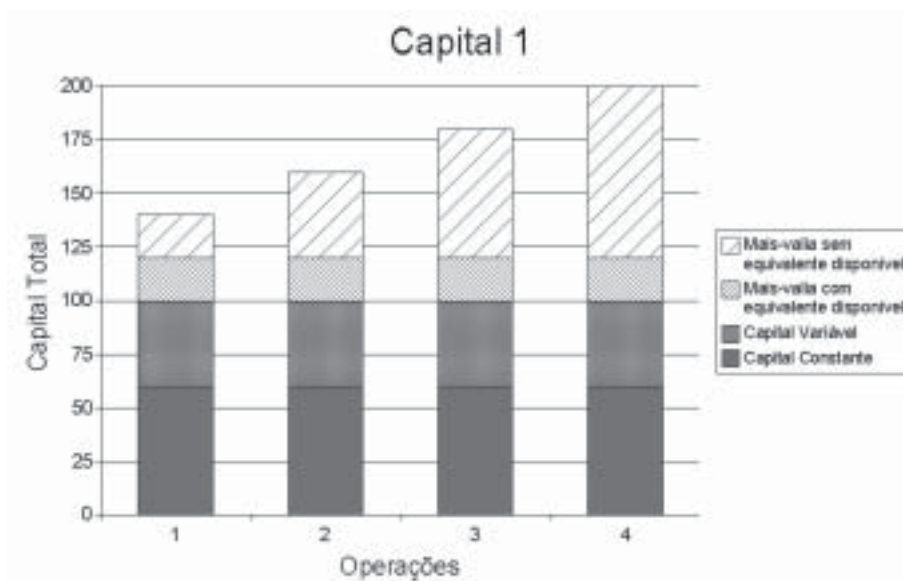
¹⁹ MARX. Karl. El Capital. México: Siglo Veintiuno, 1977, tomo III, volume 7, p.655.

Assim, está incluída a presença possível da hipertrofia do capital financeiro, um capital que quer se enriquecer sem passar pelo processo produtivo, ou que quer submeter o processo produtivo e o capital produtivo implicado nele. Retomemos, então, este raciocínio, fazendo o exercício que Marx fez.

Como já foi dito por ele, a circulação está pressuposta como constante (a reprodução do capital como reprodução simples, repetindo-se o processo produtivo do mesmo modo, com os mesmos elementos e com a mesma magnitude). Anotaremos sobre esses valores constantes as variações que ocorrem com “o restante da mais-valia se entrasse novamente no processo”, somente enquanto capital total **potencial** (não alteraremos os valores dos elementos do capital) Serão dois exemplos: em um a composição dos elementos do capital é diferente do outro, sendo o segundo exemplo, um capital com maior composição orgânica do capital. Nos dois casos, o capital disponível cresce; no segundo caso, relativamente ao primeiro, cresce mais depressa.

Novamente, 1º capital:

1º capital	Capital Total	Capital Constante	Capital Variável	Mais-valia (acumulada)	Parte da mais-valia com equivalente disponível	Porção da mais-valia restante: sem equivalente disponível
1ª operação do capital	100 (capital originário)	60 (50 + 10)	40 (4 horas)	40 (4 horas)	20	20
2ª operação do capital	100 [capital potencial: 100 + 20 (mais-valia disponível) = 120]	60	40	60	20	40
3ª operação do capital	100 (capital potencial: 120 + 40 = 160)	60	40	80	20	60
4ª operação do capital	100 (capital potencial: 160 + 60 = 220)	60	40	100	20	80

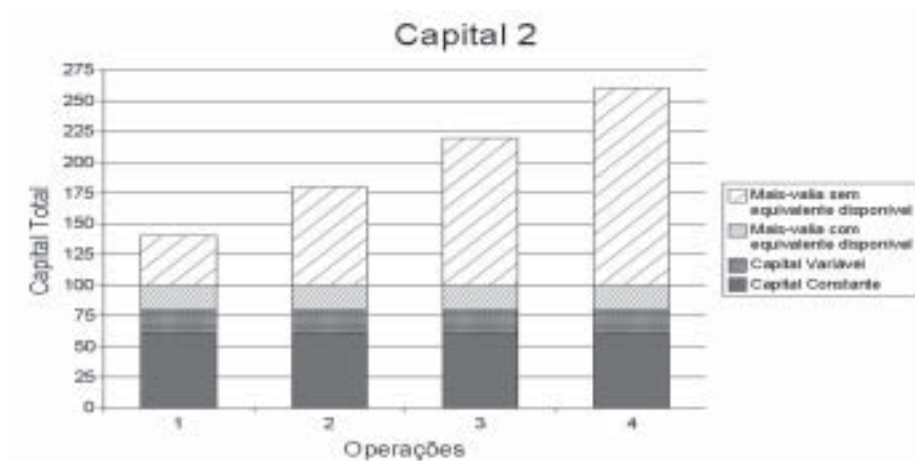


2º capital originário (com maior composição orgânica do capital):

Capital Total	Capital Constante	Capital Variável	Mais-valia	Parte da mais-valia com equivalente disponível	Porção da mais-valia restante: sem equivalente disponível
80	60 (50 de matéria-prima + 10 de instrumentos)	20 (2 horas das 8 horas trabalhadas)	60 (6 horas restantes)	20	40

As operações do 2º capital assim se dispõem:

2º capital	Capital Total	Capital Constante	Capital Variável	Mais-valia (acumulada)	Parte da mais-valia com equivalente disponível	Porção da mais-valia restante: sem equivalente disponível
1ª operação do capital	80 (capital originário)	60 (50 + 10)	20	60	20	40
2ª operação do capital	80 (capital potencial: $80 + 40 = 120$)	60	20	100	20	80
3ª operação do capital	80 (capital potencial: $120 + 80 = 200$)	60	20	140	20	120
4ª operação do capital	80 (capital potencial: $200 + 120 = 320$)	60	20	180	20	160



Com a duplicação das forças produtivas, do 1.º para o 2.º capital, “o valor de troca do primeiro capital como capital produtivo se reduziu tanto quanto este capital aumentou como

valor”. (Grundrisse, p. 274). De um capital para outro, observa-se que, “em ambos os casos, o valor de uso produzido se manteve igual. O segundo capital controla tanto trabalho vivo como antes e consome o mesmo em material e instrumento.” (Grundrisse, p. 274). Mas o valor de troca do trabalho se reduz. E, ainda, o mais-valor e o valor potenciais à disposição crescem do primeiro para o segundo caso, num ritmo mais acelerado (examinem-se, para isto, as sucessivas operações, nos dois casos). Na forma dinheiro, há um montante de capital disponível, uma “acumulação dos títulos de propriedade sobre o trabalho”. Revela-se aqui que o valor tem a propriedade de existir separado de sua substância; base para a inclusão do crédito no coração do processo produtivo; como uma sua qualidade interna. Com um potencial sempre acrescentado, diante do crescimento das forças produtivas.

A duplicação das forças produtivas do segundo capital em relação ao primeiro permitiu uma maior apropriação de mais-valia e, por conseguinte, uma maior criação de valor disponível para o capital, que pode ser empregado na produção ou no circuito financeiro.

Para Marx, essa mais-valia criada, a mais-valia sem equivalente, “(...) trata-se de dinheiro, valor posto de maneira negativa e autônoma frente à circulação. Não pode entrar na circulação como simples equivalente, para trocar-se por objetos de mero consumo, **já que a circulação está pressuposta como constante** (grifo nosso). Mas a existência autônoma, ilusória, do dinheiro, foi eliminada; o dinheiro existe só para se valorizar, ou seja, para converter-se em capital. Para transformar-se em tal, entretanto, o dinheiro teria que se trocar novamente pelos momentos do processo de produção, meios de subsistência para o trabalhador, matéria-prima e instrumento. Todos estes se resolvem em trabalho objetivado, só podem ser postos pelo trabalho vivo. O dinheiro, na medida em que agora já existe *em si* como capital, é simplesmente, por conseguinte, uma *alocação* de trabalho *futuro* (novo). Objetivamente existe só como dinheiro. Na medida em que existe para si, o mais-valor, o incremento do trabalho objetivado, é dinheiro; mas o dinheiro já é agora *em si* capital; enquanto tal, *alocação* sobre trabalho

novo. Aqui o capital já não entra somente em relação ao trabalho existente, mas ao futuro. Já tão pouco se apresenta dissolvido em seus elementos simples no processo de produção, mas como dinheiro; mas já não como dinheiro que só é a forma abstrata da riqueza universal, mas como promessa à possibilidade real da riqueza universal: a capacidade de trabalho, e concretamente a *capacidade de trabalho em devir*. Como tal *alocação* sua existência material como dinheiro é indiferente e se pode substituir por qualquer título. Assim como o credor do estado [Grundrisse, p. 272], cada capitalista possui em seu valor recém adquirido uma *alocação* sobre o trabalho futuro, e mediante a apropriação do trabalho presente já se apropriou, ao mesmo tempo, do trabalho futuro. (Desenvolver logo este aspecto do capital. **Aqui já se revela sua propriedade de existir como valor separado de sua substância. Com isto está dada a base do crédito**) (grifo nosso). Por conseguinte, sua acumulação sob a forma de dinheiro de nenhum modo é acumulação material das condições materiais do trabalho, mas a acumulação dos títulos de propriedade sobre o trabalho. Põe o trabalho futuro como *trabalho assalariado*, como valor de uso do capital. Para o valor recém-criado, não há nenhum *equivalente* disponível; sua possibilidade, só em novo trabalho”. (Grundrisse, p. 273)

Se nos itens anteriores a maior exploração do trabalho aparecia como alternativa à taxa decrescente do lucro, neste momento do texto, a maior exploração do trabalho aparece sustentando tanto a reprodução do capital produtivo quanto a do financeiro.

Sob a forma de crédito, como afirma Marx:

“[...] O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como uma pereira é dar peras.[...]”

“[...] Em D-D’ temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de

reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente de mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma mais crua.”²⁰

Por sua vez, a autonomização do capital financeiro não implica sua independência do capital produtivo, mas, ao contrário, uma maior pressão sobre este e, conseqüentemente, sobre o trabalho; e no descompasso entre essas duas formas de capitais pode se instituir tanto o capital fictício como as crises.

Sobre o poder crescente do capital financeiro internacional Robert Guttman, em *A mundialização financeira*, afirma:

“Essa transferência do poder de mercado acarretou uma redistribuição de rendimentos em favor dos juros e em detrimento dos salários e lucros ampliando, ao mesmo tempo, a distância na renda e na distribuição da riqueza patrimonial entre os detentores de ativos financeiros e os que não possuem tais ativos. Uma polarização desse tipo tende a ter repercussões negativas sobre o desenvolvimento econômico e a estabilidade política, particularmente quando a redistribuição afeta os proprietários de recursos produtivos (trabalho humano, instalações e equipamentos industriais) e privilegia os que proporcionam empréstimos de liquidez financeira, que, quando muito, estão ligados apenas indiretamente à criação de valor no processo de produção.” [...] ²¹

“A transformação dos industriais, produtores de bens (reais), em gestores de carteiras de títulos, afeta a economia como um todo mesmo beneficiando, individualmente, cada uma das empresas que buscam aumentar seus rendimentos (financeiros). Embora esse tema tenha sido discutido por Marx (1867) melhor do que por qualquer outro, não é preciso ser marxista para compreender que a capacidade de uma economia se desenvolver depende de sua eficácia em criar um excedente superior às necessidades de consumo corrente e que possa ser reservado para investir no aparelho produtivo. Os ativos financeiros podem

²⁰ MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988, volume IV, p. 279.

²¹ CHESNAIS, François (org.). A mundialização financeira – gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998, p. 74.

contribuir nesse processo, proporcionando maior volume de gastos em investimentos reais, mas só o fazem, quando muito, indiretamente e absorvendo parte do excedente, a título de compensação, quando as empresas investem em ativos financeiros, estão apelando para esse excedente; ao passo que poderiam aumentá-lo, utilizando os recursos em investimentos reais. A estagnação do capital industrial, que foi o que inicialmente alimentou a corrida das empresas para ativos financeiros, agravou-se nesse sentido, desembocando num perigoso círculo vicioso que nos trouxe uma década de desemprego em massa e de crescente pobreza.”²²

Enquanto François Chesnais, na mesma obra, ressalta as consequências da hipertrofia do setor financeiro para o trabalho:

“Mas não é necessário adotar esta hipótese, ou suas muitas possíveis variantes, para caracterizar *hic e nunc* a forma pela qual a hipertrofia da esfera financeira se integra e contribui para o surgimento de uma nova configuração histórica do capitalismo mundial, devido à situação privilegiada e exorbitante que essa hipertrofia atribui aos “credores” – proprietários de ativos financeiros que têm invariavelmente um componente de capital fictício – de moldar, de forma decisiva, o conjunto do movimento. Porque é precisamente a favor destes que são tomadas as medidas de contínua redução das despesas sociais, de desregulamentação e de privatização dos serviços públicos, de marginalização econômica e social de uma fração crescente dos assalariados e dos jovens ainda sem trabalho, intimados a considerar ‘um privilégio’ a obtenção ou a manutenção de um emprego.”²³

Conclusão

Não se trata aqui de desconhecer a importância que o crédito tem para a economia capitalista, mas a sua tendência à hipertrofia, ou seja, sua centralização em grandes grupos financeiros de atuação mundial, sobretudo os fundos de pensões,

²² Op. cit., p. 75.

²³ Op. cit., p. 293.

direcionando e concentrando, a partir de suas estratégias, onde esses grandes montantes de mais-valia global vão ser investidos. Estes grupos assumem o poder de decidir sobre países e regiões que receberão esses investimentos ou não, submetendo esses lugares e excluindo milhões de pessoas nesse jogo global de interesses. Reproduz-se assim uma hierarquia mundial, centralizada nos países mais ricos, que concentram a maioria desses grandes grupos econômicos. Mas esse avançado estágio de financeirização, que a economia capitalista alcançou, como forma de superação de seus limites, não resolve as crises, apenas as empurram para outros níveis.

A maior complexificação das relações capitalistas, com a crescente financeirização, tornou mais difícil para os trabalhadores (e todas as pessoas interessadas nessa problemática) a compreensão desse processo, mas o trabalho continua sendo o fundamento dessa economia. O trabalho também se transformou com esse processo, no qual se verifica uma super-exploração de mais-valia e uma grande exclusão de população e regiões, conseqüentemente disso derivando potencialmente o aumento das tensões e freqüências das crises.

No mundo contemporâneo, a “sociedade do conhecimento” se apresenta como uma possibilidade concreta, um vir-a-ser nesse mundo marcado pelo movimento do capital fictício. Esse é um discurso muito presente na área da Educação, bastando atentar para as políticas públicas para essa área – a nova Lei de Diretrizes e Bases (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), etc. –, desenvolvidas no Brasil nos últimos 15 anos. Ao nível social, o movimento gerado por esse discurso produz uma percepção de que é preciso estudar cada vez mais e sempre continuar estudando, bem como obter maior qualificação profissional para, dessa forma, obter mais chances de concorrer a postos de empregos, estes cada vez mais escassos. Na percepção empresarial, uma sociedade de indivíduos escolarizados e qualificados é sinônimo de maior “capital humano”. Trata-se, aqui, dos novos termos da reprodução crítica da sociedade capitalista, incluindo francamente a educação como

um negócio. E, através dela, em alguns países, surgem propostas de produção de novos espaços, nos antigos espaços industriais degradados, qualificando-os como espaços revitalizados e sugerindo “cidades do conhecimento”.²⁴ A crise do trabalho não se resolve e, ao mesmo tempo, a mística da educação como forma de promoção e inserção do trabalhador no mercado de trabalho passa a funcionar como poderosa ideologia, induzindo à justificativa do desemprego pela falta de educação. Por outro lado, “as cidades do conhecimento” definem, sim, novas estratégias de financeirização internacionais. No Brasil, elas já estão anunciadas.

Apesar do capital fictício aparentemente ter vida própria e produzir sem vínculos materiais toda riqueza, o capitalismo longe de toda abstração tem como seu “lastro” último e real o trabalho. Ou seja, a economia capitalista, em qualquer estágio, de forma parasitária, suga a sua energia vital do trabalho para subsistir, embora isto não seja aparente.

Os tumultos recentes, que se iniciaram nas periferias de Paris e tomaram a França, lembram, num primeiro momento, o movimento de insurgência de Maio de 68, porém, logo os fatos se revelam diferentes: os sujeitos sociais não são os mesmos.

²⁴ O projeto 22@Barcelona equivale a estratégia de transformação de 200hectares de solo industrial de Poblenou - na área metropolitana de Barcelona - num distrito industrial produtivo, com atualizada infra-estrutura: estação intermodal de Sagrera, onde chegará o trem de alta velocidade; melhora urbana da Praça das Glories; infra-estruturas associadas ao Forum Universal de las Culturas 2004, com um centro de convenções para 20.000 delegados...- para “concentração estratégica de atividades intensivas em conhecimento”; portanto, propõe-se uma inovação da natureza da atividade produtiva.

22@ é Barcelona como cidade do conhecimento, numa área de antigos tecidos industriais de Poblenou, através de tecnologias de informação e comunicação: universidades; centros de inovação científica e tecnológica (projetadas: a Universitat Pompeu Fabra; a Universitat Oberta de Catalunya; o Centro de Producción Audiovisual, o Teatro Nacional da Catalunya, a Plaza de las Artes e o Futuro Centro de Diseño, Arquitectura y Moda, entre outros equipamentos). Prevê-se a transformação dos antigos edifícios industriais em lofts. O 22@ envolve inúmeros planos, numa gestão urbanística de oito entidades, incluindo gestão patrimonial dos solos. O projeto potencializa a relação entre conhecimento e empresa, de escala transnacional.

Não são mais estudantes e operários que arriscaram assaltar os céus e sonhavam com um mundo mais justo e sem exploração. Agora são grupos étnicos, “minorias”, setores da sociedade excluídos da educação, da cidadania, etc., que se rebelam e reivindicam emprego. São eles, subempregados, trabalhadores informais, “escravos”, ultra-explorados que dão vida ao capital fictício.

Outro aspecto importante para se compreender os acontecimentos de outubro de 2005, na França, é a recusa dos manifestantes em aceitar as vias políticas, institucionais e de Estado. De fato, alguns grupos, como os Black Blocs, verdadeiros protagonistas das manifestações anti-globalização, que se espalharam pelo mundo inteiro contra o neoliberalismo, levantam a bandeira negra da anarquia e propõem francamente a ação direta e esta forma de luta se generaliza.

Não se pode dizer que todos esses movimentos são anarquistas, mas o pessimismo em relação às vias institucionais, o descrédito pelo Estado e a ação direta vêm caracterizando as formas de contestação do mundo atual e vêm unindo todas as tendências, de “um mundo em que caibam muitos mundos”.

Em suma, há uma proletarianização gigantesca em curso, própria dos termos da reprodução crítica do capitalismo, que dá voz não exata e exclusivamente para os trabalhadores, unidos em sindicatos, mas para outras formas de luta, compatíveis com as condições sociais atuais, que é preciso decifrar, também, nas suas diferenças.

15. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS CAPITALISTAS

Queremos agora mudar o estilo de exposição. Está na hora de tirar as conclusões das reflexões teóricas para encaminharmos uma nova prática. Nessa retomada tornar mais explícita a consciência necessária, mais crítica e concreta, dos desafios da luta de classe, das relações Capital e Trabalho. Embora pareça uma exposição formal e condensada em itens, é necessária, para termos uma visão ainda dialética de todo o movimento da economia, que interfere na vida. Isso faz muita falta na formação

dos trabalhadores, quando se considera a luta dos trabalhadores isolada da luta dos capitalistas, estes últimos *personas* do capital (o capitalista deve agir segundo as exigências do processo do capital), vivendo suas crises. Vimos, ao longo do texto, como as transformações do capital incluem o aumento da extração da mais-valia. Além disso, é necessário termos uma visão mais completa das forças e fraquezas dos dois pólos antagônicos. Isso permite conhecer melhor o inimigo e planejar uma luta mais clara e segura.

1. O aumento da produtividade do trabalho reduz a quantidade necessária de trabalho vivo, sugere o aumento exponencial (para tentar crescer ou no mínimo manter o lucro) do Mais-trabalho e produz uma crise potencial de lucro, ou seja, considerando a diminuição da taxa de lucro.
2. O aumento da produtividade significa aumento do capital constante e das dificuldades de sua realização, ficando mais difícil o pagamento do investimento realizado; por exemplo, antes mesmo de uma máquina se desgastar e do capitalista ter pago por ela, é preciso substituí-la por uma mais moderna: antes de acabar de pagar pela máquina, ele é obrigado a comprar outra mais eficaz, moderna, para substituí-la.
3. O sentido do processo é a concentração, a fusão de empresas e até a formação de monopólios, oligopólios e trustes. O imperialismo se define por essas presenças. Os trustes controlam os setores econômicos acabando por impor os preços e eliminando a concorrência.
4. Necessidade de dominar os outros capitalistas para vencer a concorrência, o que equivale a sua saída potencial do mercado enquanto capitalista.
5. Aumenta a Fusão entre empresas (exemplo, a fusão Tam e Varig, em 2003). A fusão não resolve, só adia a crise. Por isso pode parecer fortalecimento, mas não é.
6. O capitalista financeiriza seus negócios e, proporcionalmente, diminui seu investimento produtivo.
7. Nesta conjuntura crescem cada vez mais os fundos de pensão, até reduzindo o poder dos bancos. Em contrapartida, os bancos flexibilizam seus créditos.

8. Aumenta o capitalismo financeiro, que é o capital produtivo se associando ao capital bancário. A *financeirização* da economia sugere novos agentes financeiros - fundos de pensão, fundos de investimentos independentes (dos bancos), fundos de previdência social -. O capitalismo financeiro define o imperialismo, que também é a dominação do mundo por determinados países. O capital financeiro permite a certos grupos dominar os outros. A busca por investimentos mais baratos leva à superexploração do trabalho nos países submetidos, contando ainda com o consórcio dos Estados nestes países, com a diminuição dos impostos, incentivos fiscais, produção de toda ordem de infra-estrutura - estradas, por exemplo, manipulação do câmbio, flexibilização e abolição das leis trabalhistas no mundo -. Esses países e suas classes trabalhadoras ficam sem saída. Essa dominação não elimina o estado crítico do processo.
9. O capital financeiro aprofunda as desigualdades entre os países e dentro dos países.
 - Desvantagem grande dos países com pouca tecnologia.
 - Os capitalistas devem lutar entre si para sobreviver.
 - Cada empresa terá maior dificuldade em sobreviver.
 - As empresas, para manter o interesse dos investidores, passam a ter como tática recorrente falsificar seu potencial financeiro. Exemplo: a Parmalat falsificou seu balancete para esconder o montante de seu déficit e controlar a crise iminente.

16. ALGUMAS ALTERNATIVAS PARA OS CAPITALISTAS

Vamos considerar as alternativas dos capitalistas, nunca esquecendo sua relação com o trabalho.

Quanto ao processo produtivo:

1. Aumento da tecnologia para aumentar a Mais-valia Relativa.

2. Aumento do tempo de trabalho = Mais-valia absoluta (expressa em horas extras de trabalho).
3. Maior investimento em Capital Constante e diminuição relativa do Capital Variável (salário dos trabalhadores)

Quanto ao capital produtivo:

4. Geração e explosão de novos setores produtivos (telefones celulares, produtos de informática etc.).
5. Grandes empresas atuando em vários ramos produtivos, através da absorção de outras empresas.
6. Associação entre as empresas no mesmo processo produtivo – terceirização, visando à diminuição de custos.
7. Expandir os negócios para todos os recantos pelo mercado. Na lógica do capital os objetos, as coisas, os homens, a terra viram mercadoria e capital. Tudo se reduz a mercadoria e capital.
8. Concorrência voraz entre capitalistas pelos mercados consumidores.
9. Aumento do mercado consumidor, inclusive pela formação de Blocos Econômicos (ALCA, NAFTA).
10. Depreciação precoce e necessária da mercadoria (carros, TV's e roupas, por exemplo, tudo com menor tempo de duração).
11. Destruição do capital, inclusive provocando guerras, o que implica em reconstruções, para criar novo fôlego ao processo de valorização do capital.
12. Expansão do mundo da mercadoria e do capital, inclusive de modo violento e forçado.

Quanto ao tempo de rotação do Capital:

13. Redução do tempo de rotação do capital – utilização de crédito, abolição dos estoques, logística, que é o uso de novas técnicas para diminuição da distância e do tempo entre produção e consumo.
14. Usar o crédito para acelerar a rotação e a circulação.
15. Monetarização (manipulação da moeda) crítica da economia: através do investimento do capital financeiri-

zado, submeter os investimentos produtivos. A crise, desta forma, só é adiada e a situação complica-se cada vez mais. O dinheiro já não representa a totalidade da riqueza, pois é feita especulação dinheirária.

Quanto aos trabalhadores:

16. Pagamento de menores salários.
17. Demissões (Caso Tam e Varig: 3.000 funcionários, em 2002/2003) e não pagamento dos direitos trabalhistas.
18. Aumento do exército de reserva favorecendo salário menor, pois quem está desempregado aceita qualquer emprego e salário.
19. Governos cortando direitos sociais, especialmente saúde e aposentadoria. Todos os direitos dos trabalhadores estão sendo reduzidos.

Na relação com o Estado:

20. Aumento da sonegação.
21. Incentivos fiscais, com a concorrência entre os lugares (Estados, por exemplo), para atração de empresas.
22. Aumento das privatizações: incorporações de bens e empresas públicas.

17. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

A vida humana possível do trabalhador vai se constituindo como necessidade de sobrevivência. A mobilidade do trabalho define sua sobrevivência possível. Marx fala de gerações de trabalhadores dizimadas para favorecer o processo do Capital. Sempre lembrando que o processo do Capital exige uma superpopulação relativa, uma massa de trabalhadores potenciais a espera do trabalho que viria. Hoje, evidencia-se:

1. Mobilidade do trabalho, que define a imigração estrangeira;

- o êxodo rural; a migração interurbana e intra-urbana, com todos os problemas de ressocialização dessa população.
2. Aumento do desemprego e maior tempo mantendo-se desempregado.
 3. Aumento do setor informal.
 4. Aumento do subemprego.
 5. Aumento da rotatividade do trabalho.
 6. Aumento da exploração dos trabalhadores a qualquer custo.
 7. Aumento da concorrência entre os trabalhadores.
 8. Maior exclusão do mercado de trabalho de jovens sem experiência e pessoas mais velhas.
 9. Diminuição salarial e submissão às condições de trabalho cada vez mais degradantes.
 10. Aumento do endividamento.
 11. Aumento da mendicância.
 12. Maior dependência de programas assistencialistas do Estado e de outras entidades.
 13. Aumento do desespero, estresse, suicídios.
 14. O trabalhador vira apêndice e agregado da máquina, vira cada vez mais uma coisa.
 15. Menos visibilidade da exploração e do processo de trabalho.
 16. Enfraquecimento e destruição do sindicato.
 17. Diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores, especialmente saúde e aposentadoria.
 18. Destruição da consciência e organização dos trabalhadores
 19. Isolamento dos trabalhadores, sem apoio da sociedade civil.
 20. Maior manipulação política, com falsas promessas de emprego.
 21. A luta de classe vai aumentar e ser mais difícil.
 22. Aumento da violência contra os trabalhadores.
 23. Aumento das alienações.

18. ALGUMAS ALTERNATIVAS PARA OS TRABALHADORES

1. Trabalhador fazendo todo tipo de trabalho.
2. Trabalhador se vendendo a qualquer preço.
3. Corrida para maior qualificação.
4. Todos os membros da família trabalhando: marido, esposa e filhos.
5. Cortar gastos familiares necessários como saúde.
6. A luta pela sobrevivência diminui a consciência e organização dos trabalhadores.
7. Sobrevivência cada vez mais difícil para os trabalhadores.
8. Aumento das lutas dos movimentos sociais.
9. Necessidade de formas políticas autogestionárias, superando os limites partidários e sindicais.
10. Necessidade de um novo projeto de mudança de sociedade.
11. Aprofundar a iniquidade do sistema.
12. Fuga no álcool, igrejas, roubo, assaltos, suicídios.
13. Preparação para as novas relações econômicas, sociais, políticas, culturais, jurídicas, sindicais, políticas, etc.
14. Ressocialização dos trabalhadores para novos modos de vida.
15. Preparação para as lutas futuras cada vez mais difíceis.
16. Unir as lutas dos movimentos sociais ao trabalho.
17. Incerteza sobre os sujeitos revolucionários.

19. ALGUMAS PREVISÕES FUTURAS

1. Vamos caminhar para os limites de sobrevivência das empresas.
2. Vamos caminhar para os limites de sobrevivência dos trabalhadores.
3. Vai aumentar a luta entre as duas classes,
4. Aumento da luta entre os mesmos capitalistas.

5. Aumento da influência dos meios de comunicação para promover o consenso ao sistema capitalista.
6. Aumento da violência da ideologia contra os trabalhadores no seu cotidiano.
7. Aumento das alienações.
8. As novas relações trabalhistas geram novas relações econômicas, sociais, políticas, culturais, jurídicas.

20. ALGUMAS ALTERNATIVAS DE TRANSIÇÃO ATÉ À RUPTURA

1. “Toda forma de produção gera suas próprias instituições jurídicas, sua própria forma de governo, etc.” (relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, etc...) [Grundrisse, p. 9]
2. Insistir num trabalho coletivo de conscientização da situação da classe trabalhadora, incluindo a crise do trabalho e as outras formas de organização popular a ela vinculada.
3. O sistema capitalista se caracteriza especialmente pelas duas classes antagônicas, com interesses opostos. Qualquer ação libertadora deve fortalecer a classe trabalhadora, como sujeito do processo social.
4. Favorecer a melhor organização dos trabalhadores.
5. Nas lutas populares, esclarecer os fundamentos da exploração do trabalho.
6. Necessidade da organização política e mudança da sociedade.
7. Aumentar a consciência das pessoas preparando a luta futura.
8. A mera luta economicista não cria consciência.
9. Precisamos uma luta mais aberta a todos os direitos sociais, econômicos, políticos, culturais, ecológicos, feministas, etc.

10. Mostrar a iniquidade do sistema capitalista.
11. Apresentar as contradições do sistema capitalista.
12. Mostrar a possibilidade e a necessidade de um outro mundo possível.
13. Consciência crítica dos movimentos alienadores como:
 - a. Igrejas,
 - b. ONGs.
 - c. Cooperativas.
 - d. Sindicatos.
 - e. Partidos.
 - f. Escolas.
14. A consciência crítica das instituições tem por objetivo aperfeiçoar ou criar novas instituições a serviço da classe trabalhadora. Esta é a estratégia, o resto é tática e pode mudar.

21. AVALIAÇÃO DA CAMINHADA DO TEXTO

1. O texto nasceu da necessidade de ajudar os trabalhadores, no plano de sua consciência de classe, a refletirem sobre o desemprego enquanto crise do trabalho.
2. Essa necessidade surgiu para tentar superar uma concepção dogmática sobre a relação Capital-Trabalho, existente inclusive entre sindicatos e partidos.
3. Nos vários debates sobre o futuro do trabalho, os formadores, que alimentam o debate junto aos trabalhadores, e os próprios trabalhadores tinham dificuldades de avaliar as tendências sobre o futuro do trabalho, e acabavam por remeter o debate aos partidos políticos.
4. Começamos a partir de uma leitura e discussão do livro de Jeremy Rifkin: “O fim dos empregos” (no original, “O fim do trabalho”).
5. Logo após, incluímos a leitura dos “Grundrisse”, de Karl Marx, porque o livro aparecia como atual e básico para discutir o desemprego como crise do trabalho e do capital.

6. Ficamos impressionados com a atualidade e a pertinência dos cálculos matemáticos de Marx sobre a Taxa de Mais-valia e sobre a Taxa de Lucro; cálculos extremamente reveladores e didáticos do processo crítico do capitalismo, situando a crise de emprego no seu fundamento, como crise do trabalho, numa economia que não é harmoniosa ou equilibrada por natureza.
7. Caminhando por essa reflexão, descobrimos que a Mais-valia, criada pelos trabalhadores no processo de produção, se distribui como momento necessário da circulação do capital. Isso significa que a Mais-valia não se resolve somente no lucro do capitalista.
8. Inserimos no debate o capital financeiro, inclusive sua tendência às formas especulativas e fictícias de capital.
9. O capital financeiro, inclusive enquanto capital fictício, pode acelerar a produção e circulação do capital e, ao mesmo tempo, tornar mais crítica a realização do capital produtivo.
10. O movimento do texto, incluindo a natureza de suas considerações finais, reflete um compromisso do conhecimento com a transformação da realidade social.
11. Sabemos que o presente texto é incompleto e aberto, diante das novas estratégias de reprodução do capital e da prática de luta dos trabalhadores.
12. Na caminhada, percebemos que a luta de classes dos trabalhadores, antes, mais transparente nas fábricas e quase não percebida fora delas, hoje, por meio dos vários movimentos sociais – de negros, feminista, ecológico, etc. – se generaliza para além da fábrica. E todos fazem parte da luta de classes.
13. Ao mesmo tempo, percebemos que esses movimentos sociais podem se limitar às suas reivindicações específicas e, atomizados, perderem o sentido do movimento global da luta de classes, seu fundamento e denominador comum: a relação Capital-Trabalho. Então, instrumentalizados, eles correm o risco de sua inclusão nas estratégias do capital.

14. Na caminhada, sentimos a tentação, considerando um ensaio pedagógico, de elaborar um dicionário econômico; mas logo superamos a tentação, pois Marx nos ensina a não definir as coisas; ao contrário, superar os fetichismos, entender os processos e as relações.
15. Sentimos uma grande dificuldade em traduzir em linguagem popular o que íamos descobrindo; hoje, a partir desta experiência, podemos chegar a um texto mais simples e concreto. A partir dele, contamos que outros o façam.
16. O nosso objetivo na elaboração do texto é compartilhar o caminho que fizemos para compreender os fundamentos da relação Capital-Trabalho.

22. PARTICIPAÇÃO NA CORREÇÃO DO TEXTO

Este texto quer a participação dos leitores.

Sugestões:

1. Quais outros temas que gostaria debater?
2. Quais dificuldades foram encontradas na leitura do texto?
3. Quais sugestões para melhorar o texto?
4. O que mais gostou do texto?
5. O que acha que falta no texto?
6. Quais outros temas necessitam ser discutidos?
7. O texto tem algo a ver com sua vida?
8. Outras observações? *Provocações?*

Dezembro de 2005

e-mail para contato:

labur@edu.usp.br

agbsaopaulo@yahoo.com.br

POSFÁCIO

O maquinário da exploração: a dinâmica do capital fixo e a reprodução do trabalho¹

BRANQUINHO, Evânio dos Santos.

Introdução

O objetivo deste texto é discutir um dos vários raciocínios que Marx desenvolve nos *Grundrisse*² sobre o aumento das forças produtivas, que tem implicações importantes para a compreensão da exploração do trabalho no movimento crítico do capitalismo. Por fim, discutiremos as implicações da maior mobilização do capital fixo na produção do espaço urbano.

No desenvolvimento desta obra, Marx tem a preocupação constante de expor suas explicações seguidas de demonstrações matemáticas, desvendando assim os desdobramentos lógicos deste processo junto ao seu movimento histórico.

Vale lembrar que não temos a pretensão de oferecer uma resolução definitiva para cálculos que o próprio Marx teve dificuldades, tampouco levantar todas as implicações destes para a sociedade, mas tão somente uma interpretação possível dentre outras, uma vez que as dificuldades que as contas oferecem derivam de sua grande flexibilidade e, portanto, de perspectivas que se abrem para a interpretação, considerando nosso contexto histórico e geográfico de mundialização da

¹ Texto apresentado no Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb), Belo Horizonte, 2011, por Evânio S. Branquinho, com algumas reformulações para esta obra. Embora escrito por mim, os fundamentos deste texto têm uma origem coletiva, a partir das discussões realizadas no Grupo de Estudos dos Grundrisse, Labur, Depto. de Geografia – USP.

² MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse)*. México: Siglo Veintiuno, 1989, vol. II.

reprodução das relações capitalistas de produção.

Neste sentido, fica a sugestão de consulta ao tópico em que o autor discute estes cálculos, como uma forma do leitor, se assim desejar, fazer primeiro uma leitura destes dados e da parte do texto em que Marx os desenvolve, para depois verificar a solução proposta aqui.

O cálculo do capital fixo

Nesta obra, como já referido, Marx apresenta um procedimento metodológico que é chave para a abordagem da relação capital e trabalho: imobilizar alguns elementos da análise, fazendo variar outros, para depois interrelacioná-los em seu movimento. “Todas as suposições fixas, tornar-se-ão fluídas no decurso da análise. Mas só pelo fato de que no começo foram fixas é possível a análise, sem confundir tudo.” (MARX, 1989, p. 374)

Neste exemplo, o objetivo de Marx é demonstrar como a introdução de um novo maquinário, substituindo mão-de-obra, pode ser vantajoso para o capitalista; em outros termos, o aumento da composição orgânica do capital, com o incremento do capital invariável e a redução do capital variável, mesmo com a redução do capital total investido, pode manter ou incrementar as taxas de lucro³.

Neste exercício, Marx fixa o mais-trabalho em relação a uma determinada composição total, também imobilizada, fazendo variar as demais partes do capital. A dificuldade aqui é que o autor não explica as operações realizadas nem especifica ao que se referem os números da primeira coluna, mas para este exercício não tem maior importância, pois eles estão imobilizados junto com o tempo de mais-trabalho; evidentemente, trata-se de uma composição total, podendo assumir tanto uma quantidade total em horas de trabalho coletivo quanto o valor do produto total, conforme o raciocínio

³ Neste momento da análise, Marx aborda a divisão do capital em suas partes variável e invariável. Esta última, referindo-se de forma imediata à maquinaria. Sobre a concepção de capital fixo, discutiremos mais adiante.

que ele vem desenvolvendo nos parágrafos anteriores ao cálculo. O importante neste exercício é o aumento da composição orgânica do capital: a alteração das proporções entre a parte invariável (maquinário) e a parte variável (trabalho), conforme a tabela a seguir, presente nos Grundrisse (p. 378):

	<i>Parte invariável do capital</i>	<i>Parte variável</i>	<i>Expresso em dias; Mais-trabalho</i>
7200	240	2.400	
300	10	100	16 2/3 dias (2 h por dia)
300	40	50	16 2/3 dias (4 h por dia)

Notamos que Marx faz uma redução de todas as partes do capital da primeira linha da tabela, dividindo-as por 24 para obter uma equivalência do mais-trabalho em dias na segunda linha. A dificuldade nesta passagem é que se tenta reduzir elementos de diferentes naturezas (dinheiro e tempo) por um divisor que expressa apenas tempo (24 horas). É, provavelmente, por esta dificuldade, que Marx faz o uso da expressão *capacidade de trabalho*⁴ – que constituiria uma síntese

⁴ Neste tópico, Marx refere-se à capacidade laboral e capacidade de trabalho, na passagem, por exemplo: “De modo que quando se introduz, p. ex., a máquina por 1200 £ (50 capacidades de trabalho), [...]” (MARX, 1989, p. 378). Em um momento anterior o autor define: “A capacidade de trabalho não é = ao trabalho vivo que pode realizar, não é igual à quantidade de trabalho que pode executar; este é seu *valor de uso*. É igual à quantidade de trabalho mediante a qual ela mesma tem que ser produzida e pode ser reproduzida.” (idem, p. 75) Retomando o exemplo anterior, a equiparação que Marx faz é na realidade a equivalência que o capital faz para aferir quando é o momento oportuno da substituição de trabalhadores por máquinas. O importante é que essa equiparação não é feita como se colocássemos trabalhadores em um lado da balança e máquinas do outro para ver qual pesa mais. A capacidade de trabalho é aferida na *relação* do trabalhador com a máquina, no que ele produz de trabalho (necessário) para sua própria reprodução; é uma média, portanto, uma abstração, que varia historicamente conforme o nível de desenvolvimento tecnológico e de organização do trabalho (50 capacidades de trabalho no século XIX equivalem a quantas capacidades de trabalho no início do século XXI? É inegável a redução proporcional do trabalho vivo nesse processo e o aumento do

entre estes elementos – nos parágrafos anteriores à tabela, e por este motivo também não identifique os valores da primeira coluna e nem indique o mais-trabalho na primeira linha. De qualquer forma, não devemos esquecer a relação impreterível entre tempo e dinheiro no capital e que esta redução é realizada concretamente para o cálculo dos valores. O importante aqui é que mesmo sendo realizada a redução, as proporções são mantidas entre os capitais da primeira e da segunda linhas da tabela.

Podemos tentar deduzir de onde vêm os 16 $\frac{2}{3}$ dias de mais-trabalho, uma vez que o autor não demonstra a operação. Se assumirmos os 7.200 como o valor do produto total em libras de um giro do capital, com composição de 240 libras de capital invariável e 2.400 libras de capital variável, deduzimos 4.800 libras de mais-trabalho (7.200 – 2.400). Neste caso, teríamos que considerar a diluição total do valor da parte invariável na circulação geral ou que este maquinário foi vendido por seu valor integral e, portanto, não entrando nos custos de produção), assumindo que este último valor seja correspondente a 400 horas de mais-trabalho, obtidas da multiplicação dos 16 $\frac{2}{3}$ dias de mais-trabalho por 24, realizado na operação inversa da redução de Marx (divisão de todos os elementos por 24). Fica, portanto, como uma atribuição deste valor pelo próprio autor.

Podemos também pensar num outro raciocínio no qual, primeiramente, Marx calcula o mais-trabalho em libras, advindo da subtração do valor do produto total do capital 7.200 por 2.400 do capital variável (vale a mesma consideração feita no parágrafo anterior para este cálculo), obtendo 4.800 libras de mais-trabalho. Em seguida, o autor reduz (divide) tudo por 24 para obter todos os valores em *capacidades de trabalho*. Em relação ao mais-trabalho, obteríamos, então, 200 capacidades de trabalho. Se dividíssemos as 200 capacidades de trabalho por 12, considerando uma jornada diária de 12 horas, teríamos como

trabalho geral). Mas, mais do que expressão matemática, essa abstração tem como fundamento real a simbiose histórica entre trabalho e máquina, nesse sentido o termo *composição orgânica do capital* não é mera força de expressão.

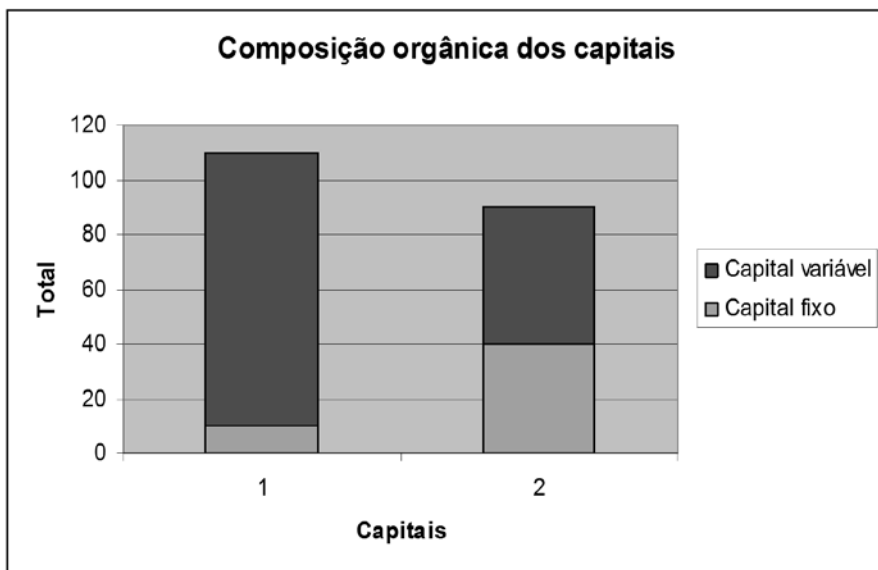
resultado $16 \frac{2}{3}$ dias/jornadas de mais-trabalho. Aqui chegamos ao limite de nossa capacidade de compreensão.

Na terceira linha da tabela, vemos o resultado da multiplicação das forças produtivas reduzindo à metade a quantidade de trabalho empregado, mas quadruplicando-se a parte invariável do capital. Esta transformação permite obter a mesma quantidade de mais-trabalho do primeiro capital, porém partindo de um capital total menor, 90 ($40 + 50$) em relação a 110 ($10 + 100$) do primeiro. Note que a redução pela metade da quantidade de trabalho, implicou uma duplicação das horas de mais-trabalho diárias para alcançar os $16 \frac{2}{3}$ dias de mais-trabalho, de 2 para 4 horas diárias. Somente para comparação, se considerássemos os 100 de capital variável do primeiro capital como o número de trabalhadores empregados que geravam 2 horas diárias de mais-trabalho, obtendo-se as 200 horas totais de mais-trabalho; no segundo capital, os 50 trabalhadores para produzirem as mesmas 200 horas de mais-trabalho total terão de gerar 4 horas diárias de mais-trabalho. A divisão por 2 da quantidade de trabalho implicou na multiplicação por 2 da quantidade de horas de mais-trabalho diário que os trabalhadores vão ter que produzir, ou seja, houve um aumento da *capacidade de trabalho*.

Esse fato só foi possível porque a introdução de um novo maquinário possibilitou uma maior produtividade dos trabalhadores restantes, ou seja, uma maior exploração do trabalho em função do aumento da mais-valia relativa. Mas, como lembra Marx, a introdução de um novo maquinário, “só poderá ocorrer se a produção do tempo de mais-trabalho não só se mantém inalterada – quer dizer aumenta em relação ao trabalho vivo empregado – senão que se acrescenta em proporção maior que a relação entre o valor do maquinário e o valor dos trabalhadores despedidos” (idem, p. 379).

Como uma das alternativas à tendência da redução da taxa de lucro, o capitalista pode manter a obtenção do mesmo mais-trabalho às custas da redução do número de trabalhadores, multiplicando a parte do capital invariável e, portanto, aumentando a extração de mais-valia relativa, com uma

inversão de capital total menor. Em outros termos, pode reduzir o capital total investido e manter ou ainda elevar a taxa de lucro, aumentando os níveis de exploração. Isso é especialmente importante nos períodos de concorrência acirrada ou de crise, em que o capital pode reduzir custos e trabalhadores, e justificar a demissão destes ou a maior exploração dos remanescentes em função do período de maior instabilidade. O que se depreende é que este é um movimento lógico do capital, em que o aprimoramento tecnológico vai permitindo essa contínua transformação; se no primeiro caso, um capital total de 110 libras investido obtinha os 16 2/3 dias de mais-trabalho, na nova situação, com 90 libras de capital total investido, o capitalista obtém o mesmo resultado, senão mais. Lembrando como expõe Marx, que o capitalista pode deduzir a venda do maquinário antigo, reduzindo ainda mais a inversão de capital total.



Fonte: MARX, 1989, p. 378. Organização: Evânio S. Branquinho

Se nos cálculos anteriores a este nos Grundrisse, Marx expõe as alternativas do capital à tendência de redução das taxas de lucro, como o aumento da mais-valia absoluta, a saída

para o crédito e a circulação financeira com um dinheiro que não encontra equivalência na produção, aqui o autor apresenta a renovação do maquinário como forma da manutenção do processo de acumulação. Cada momento de transformação nesse processo, em que ele assume a forma de um desses elementos, está colocada a possibilidade da crise.

Acerca do potencial crítico do processo de acumulação a partir da introdução do maquinário, é necessário retomarmos a noção de *capital fixo*⁵. Em um sentido estrito, como meio de produção, este pode ser caracterizado como: “[...] aquele que se consome no processo de produção mesmo se identifica com o fato de que nesse processo só se o emprega como meio, e que inclusive existe meramente como agente para a transformação da matéria-prima em produto.” (idem, p. 216)

Evidentemente, a introdução do capital fixo visa a um aproveitamento mais eficiente do trabalho vivo, causando uma inversão no domínio do processo.

“O trabalho se apresenta, assim, só como órgão consciente, disperso sob a forma de diversos trabalhadores vivos presentes em muitos pontos do sistema mecânico, e

⁵ Harvey destaca uma diferença entre capital fixo e constante: “A diferença do capital constante, que funciona como matéria-prima, os elementos materiais que constituem o instrumento de trabalho não são reconstituídos fisicamente no produto final. O valor de uso da máquina se constitui depois de completo o processo produtivo. Quando a máquina se desgasta, o capital fixo se consumiu inteiramente dentro do processo produtivo e nunca regressa à esfera da circulação. Assim, o valor equivalente do capital fixo circula ‘pouco a pouco, na proporção em que passa ao produto final’ (O capital, II, p. 140)” (apud HARVEY, 1982, p. 212). Outra diferença, apontada por este autor, seria: “As categorias de capital constante e capital variável refletem a relação de classe entre o capital e os trabalhadores dentro da ‘oficina oculta da produção’ e esta forma nos ajuda a entender a produção de mais-valia, a origem dos lucros e a natureza da exploração; permite-nos ver ‘não só como o capital produz, mas também como se produz ele mesmo’ (O Capital, I, p. 128). Todavia, o movimento do capital através da produção também encontra certas barreiras que podem frear e em certas ocasiões alterar a circulação global do capital. A dicotomia entre capital fixo e circulante está desenhada para nos ajudar a entender estes problemas, [...]”. (Idem, p. 213).

subsumido no processo total da máquina mesma, só como um membro do sistema cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, senão na máquina viva (ativa), a qual se apresenta frente ao trabalhador, frente à atividade individual e insignificante deste, como um poderoso organismo.” (idem, p. 219)

Na produção baseada na grande indústria houve uma maior apropriação do trabalho vivo pelo objetivado, subsumido por este, torna-se cada vez mais abstrato. Vemos aqui, portanto, a redução do trabalho não apenas de forma matemática, mas prática.

Em relação ao capital, a fixação deste em suas fases circulante ou fixa constituiria sua própria negação, pois: “Enquanto permaneça no processo de produção não é capaz de circular e se faz virtualmente desvalorizado. Enquanto permaneça na circulação, não está em condições de produzir, de pôr mais-valia, não está em processo como capital.” (idem, p. 131)

Como o tempo de rotação do capital fixo é mais longo, nesta fase o capital está mais vulnerável às crises. De onde uma contradição fundamental do processo de acumulação: a necessidade de aumentar a velocidade de circulação do capital, o leva a investir mais em maquinário e infraestruturas, que alargam o tempo de rotação e novamente o expõe às crises. Quanto maiores os tempos de rotação por estes equipamentos maior a “inércia geográfica”. (HARVEY, 1982, p. 397)

O capital fixo: a questão espacial e a reprodução do trabalho

Não devemos esquecer outra qualidade do capital fixo, aquela em que ele não atua no processo imediato de produção, mas participa como condição tecnológica para este, como os lugares em que ocorre o processo de produção, os edifícios etc. (MARX, 1989, p. 216). Assim as apropriações tanto do tempo quanto do espaço são decisivas para o capital.

Nesse sentido, o espaço geográfico adquire um caráter estratégico para a reprodução do capital. Nessa reestruturação espacial atua o Estado, além da instalação da infra-estrutura,

remobilizando a propriedade através, por exemplo, das Operações Urbanas, com vistas às demandas desse setor. Como resultado, tem-se a valorização dessas áreas específicas e a expulsão da população mais pobre. O capital financeiro mundial, junto ao capital imobiliário, cria e reproduz, assim, novos setores e espaços de alta valorização por onde possa circular (CARLOS, 2008).

Um outro exemplo, não desvinculado do processo anterior, são as chamadas “revitalizações” de áreas centrais urbanas que passaram por processo de degradação de seu ambiente construído e “popularização” (proletarização), com a fuga de capitais mais dinâmicos. As justificativas para essa fuga são que houve uma “obsolescência” desses espaços, com edificações que não atendem às necessidades em termos de instalações físicas, congestionamentos, segurança etc. Em termos gerais, a “revitalização” é a intervenção do Estado, junto às empresas privadas, visando à revalorização desses espaços centrais. E enquanto este processo não avança, esses lugares, como capital fixo, estão obsoletos, nos quais se verifica o deslocamento dessas empresas (ou as mais dinâmicas) para novos espaços onde possam manter a reprodução de seus capitais.

Para fugir à grande imobilização de capital que esse deslocamento requer, ou da inércia espacial: o elevado preço do edifício, em função da localização e da planta flexível, assim como os gastos com a sua manutenção, estas empresas apenas alocam esses escritórios e terceirizam muitos dos serviços não ligados diretamente à sua atividade, que também passa por uma reorganização produtiva. Verifica-se assim a grande mobilidade desses capitais, tanto em relação à propriedade imobiliária quanto ao trabalho, apoiada numa maior associação com outros capitais, especialmente na logística, e com o Estado, que cria os novos mecanismos necessários à reprodução, infraestrutura, subsídios, legislação.

Há, proporcionalmente, uma menor inversão em capital fixo como ambiente construído, dando uma maior agilidade às empresas na reprodução de seus capitais, tanto em termos de

tempo de circulação do capital quanto em termos espaciais, pois se em determinado local os custos aumentam, essas empresas podem migrar mais rapidamente para outros, onde há mais vantagens comparativas. O tempo de obsolescência desses espaços é muito mais curto, pois nos períodos de maior competição ou de crise a tendência é que essas empresas se desloquem em busca de locais mais vantajosos.

Há uma grande mobilização da riqueza geral produzida pela cidade e canalizada, como no caso das Operações Urbanas, para uma determinada área, onde é apropriada seletivamente, mas posteriormente, com a fuga dessas empresas, ficam a obsolescência e o desemprego coletivo.

As outras partes do aglomerado urbano são afetadas direta ou indiretamente em função da proximidade e da articulação com essas novas centralidades, repercutindo em sua valorização ou desvalorização, integração ou segregação. De modo geral, há uma reestruturação do espaço urbano para atender às novas demandas da reprodução do capital, em termos de fluidez, oferta de equipamentos coletivos e serviços modernos; vide os “planejamentos estratégicos”. Nesse sentido, o espaço assume cada vez mais a condição de instrumento técnico do processo de acumulação. A reestruturação produtiva ocorre no e pelo o espaço.

Notamos, assim, a apropriação de uma mais-valia geral, apoiada na geração de um mais-trabalho da cidade como um todo (sobreposição de mais-trabalho), assim como no desenvolvimento tecnológico, e não somente na produção em sentido estrito.

“Na medida, entretanto, em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que por sua vez – sua poderosa eficácia – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que *cuesta* [custa] sua produção, senão que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção.” (MARX, 1989, p. 228)

Em seguida, Marx esclarece que esse processo não se verifica apenas na grande indústria, reproduzindo-se pelos outros setores:

“O trabalho já não aparece tanto como encerrado no processo de produção, mas sim que o homem se comporta como supervisor e regulador em relação ao processo de produção mesmo. (O referido à máquina é válido também para a combinação das atividades humanas e o desenvolvimento do comércio humano).” (idem, 228)

Como resultado dessa transformação no trabalho, com uma apropriação cada vez maior de um trabalho geral em detrimento do trabalho imediato, este deixa de ser cada vez mais a medida da riqueza, o valor de troca deixa de ser a referência do valor de uso, revelando as contradições desse modo de produção ao seu limite, assim como as perspectivas de sua superação. Apesar de longa a citação, reproduzimos aqui esse trecho do texto em função de sua riqueza.

“Nesta transformação o que aparece como o pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças a sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual*, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela grande indústria mesma. Tão logo o trabalho em sua forma imediata cessou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e portanto o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso. O mais-trabalho da massa deixou de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social, [...]. Com isto cai a produção fundada no valor de troca, e ao processo de produção material imediato se lhe retira a forma da necessidade urgente e o antagonismo. Desenvolvimento livre das individualidades, e por fim não redução do tempo de trabalho necessário

com vistas a pôr mais-trabalho, senão em geral redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então a formação artística, científica, etc., dos indivíduos graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos. O capital mesmo é a contradição em processo, [pelo fato de] que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que por outra parte põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – questão de vida e de morte – do necessário. Por um lado desperta à vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado nela. Por outro lado se propõe medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais criadas desta sorte e reduzi-las aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – se lhe aparecem ao capital unicamente como meios, e não são para ele mais que meios para produzir fundando-se em sua mesquinha base. De fato, entretanto, constituem já as condições materiais para fazer saltar essa base pelos ares.” (idem, p. 228, 229)

Portanto, há um descolamento entre a produção da riqueza e o trabalho imediato, que se dilui em meio a um trabalho cada vez mais genérico e fragmentado, embora, este trabalho imediato continue sendo a referência para a riqueza. Alcançamos assim um momento generalizado de abstração econômica, que abre caminho para a formação de bolhas especulativas e a multiplicação das crises. Mas, como indica Harvey (1982, p. 381) as crises sempre afetam um determinado lugar, a uma situação específica, na desvalorização do trabalho, na depreciação monetária e na destruição do ambiente construído.

Considerações finais

A busca de manutenção ou incremento das taxas de lucro passa por uma apropriação mais eficiente do tempo e do espaço, nos quais se verificam a aceleração e a fragmentação da produção, com implicações diretas nas divisões social e territorial do trabalho. Estabelecido um determinado tempo de produção, este se torna a barreira a ser superada. A tendência a cada superação é que o trabalho se torne cada vez mais potencializado e abstrato. Há limites econômicos, biológicos, ambientais para essa aceleração contínua? Não é aí que residem as crises? Por todos os lados que inferimos, a crise sempre está no horizonte do capital e sua reprodução – crítica.

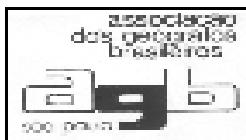
O espaço, enquanto ambiente construído e infraestrutura, adquire uma importância fundamental, pois é neste que o tempo de “imobilização” é maior e, portanto, é neste que as estratégias de reestruturação serão intensificadas, especialmente no contexto de mundialização econômica, visando atender às demandas do capital transnacional. O espaço como um todo assume a condição de um instrumento técnico da produção, reconfigurando-se e re-hierarquizando-se de acordo com essa lógica. Evidentemente, contingentes e lugares que não interessam nesse estágio do processo produtivo são excluídos; de onde a importância de reprodução de um espaço político. Essa contradição essencial revela que não há sustentabilidade possível.

Se a financeirização e expansão espacial são alternativas à reprodução do capital, nesta última até com a busca de incremento da mais-valia absoluta e aumento de contingentes de trabalhadores em condições de superexploração e formas degradadas de trabalho, na perspectiva da mais-valia relativa, a lógica do processo é uma só: a intensificação da produtividade do capital por meio da introdução de maquinário mais eficiente, aumentando portanto o trabalho objetivado, que agrega pesquisa, ciência e tecnologia, e reduz proporcionalmente a força de trabalho imediato. De um lado vemos a redução do trabalho imediato limitando-se a funções especializadas, de

outro, aquele não especializado, que abrange os maiores contingentes, sujeitos cada vez mais a um trabalho intermitente, com maiores períodos de desemprego, ao subemprego, à informalidade e às formas de trabalho precário. Como afirma José de Souza Martins (2002), a exclusão não ocorre apenas na distribuição da riqueza social, mas da própria produção.

Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani A. A metrópole entre o local e o global. In: SILVA, Catia Antonia da e CAMPOS, Andreino (orgs.). **Metrópoles em mutação. Dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva.** Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2008, p. 131-153.
- HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista.** México: Fundo de Cultura Economica, 1982.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse).** México: Siglo Veintiuno, 1989, vol. II.



ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO SÃO PAULO

Av. Prof. Lineu Prestes, 338
Departamento de Geografia - Cidade Universitária - USP
CEP: 05508-000 - São Paulo – SP

Endereço eletrônico:
agbsaopaulo@yahoo.com.br

Visite nosso site na internet
AGB-SP: <http://www.agbsaopaulo.org.br>

AGB: <http://www.agb.org.br>

Gestão AGB EM MOVIMENTO (2004-2006):

Diretora: Sônia Maria Vanzella Castellar; Vice-diretor: Nilo A. R. Lima de Almeida; 1ª Secretária: Máira Bueno Pinheiro; 2º Secretário: Carlos Carriel Castro; 1º Tesoureiro: André dos Santos Baldráia Souza; 2º Tesoureiro: Wladimir Jansen Ferreira; Coordenação de Publicações: Leandro Evangelista Martins; Coordenação de Biblioteca: Gilberto Américo; Coordenação de Intercâmbio: Renata S. Miranda; Coordenação de Divulgação: Paulo Miranda Favero.

LABUR LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA URBANA, DG, FFLCH, USP

Coordenação: Amélia Luisa Damiani
Vice coordenadora: Odette Carvalho de Lima Seabra
e-mail: labur@edu.usp.br
<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/labur>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA, DG, FFLCH, USP

Coordenação: Sandra Lencioni
Vice coordenador: André Roberto Martin
e-mail: coordpqh@edu.usp.br
<http://www.geografia.fflch.usp.br/posgraduacao>

“A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital.”

(Marx, O Capital)

A acumulação do capital não se resolve somente como sua ampliação quantitativa, equivale a uma contínua mudança qualitativa de sua composição às expensas da população trabalhadora. A natureza complexa deste processo nos levou, inclusive, à tentativa de demonstrar a sua direção através de determinados cálculos, à luz daqueles feitos por Marx.

Muitas vezes sentimos vontade de desistir dos tais cálculos, que vocês poderão acompanhar neste livreto. Mas, finalmente, acabamos por pensar como Marx, imaginando seus conteúdos - a compreensão do processo do capital na vida do trabalhador:

“Ao diabo com estes malditos cálculos mal feitos. Não importa. Recomeçemos.”

(Marx, Grundrisse)